



RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório de gestão, referente ao exercício do ano económico de 2007, constitui, antes de mais, o cumprimento da imposição legal de levar ao conhecimento dos órgãos colegiais do Município um retrato fiel do desempenho da gestão municipal referente ao ano económico de 2007, conforme estabelecido no ponto 13 do Decreto-lei N.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. Além disso, a Resolução n.º 4/2004 – 2ª Secção do Tribunal de Contas define no Quadro Anexo I, o Relatório de Gestão como documento n.º 28 quando se refere aos documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, devendo o mesmo ser remetido ao Tribunal de Contas independentemente do volume de Receitas ou das Despesas ocorridas durante o ano.

Pretende-se que este Relatório constitua um complemento da informação disponibilizada nos documentos contabilísticos e um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples se visualizarem as informações que se julgam suficientes à avaliação global e acompanhamento da situação financeira, tanto no domínio orçamental, como económico e financeiro.

Pretende-se, ainda, com este documento, deixar o testemunho de um vasto conjunto de informações capaz de habilitar os Excelentíssimos Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal e restantes Munícipes, que não tendo conhecimentos aprofundados de contabilidade autárquica, pretendem ter uma ideia da situação do seu município, pelo que se julga ser um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afectação dos recursos aos objectivos realizados, bem como a interiorizarem a complexa realidade da actividade desenvolvida pelo município.

Este documento é parte integrante da prestação de contas 2007.



O documento que a seguir apresentamos está estruturado nos seguintes temas base:

1. Nota Introdutória
2. Conjuntura
3. Enquadramento Interno
4. Análise Orçamental
5. Fontes de Financiamento
6. Aplicação dos Recursos Financeiros
7. Evolução e Estrutura das Opções do Plano por Objectivos
8. Cumprimentos Legais na Despesa
 - 8.1. Despesas com Pessoal
 - 8.2. Capacidade de Endividamento
9. Análise Económico-financeira
 - 9.1. Balanço
 - 9.2. Demonstração de Resultados
10. Proposta de Aplicação dos Resultados



Nota Introdutória

Na hora de efectuar o balanço da actividade desenvolvida pelo Município em 2007, importa assentar na premissa de que o desenvolvimento só é plenamente eficaz quando resulta da interacção da administração pública com a iniciativa privada, sendo certo que a segunda, geralmente, só se concretiza em função das dinâmicas da primeira.

Foi com base neste enquadramento que foram delineadas as orientações estratégicas para o desenvolvimento do Município de Penela que, por sua vez, constituem o fio condutor da definição e realização das múltiplas acções que consubstanciam a actividade municipal.

Pretendemos fazer uma análise mais global da actividade em 2007, sendo certo que muitas outras acções, de menoridade apenas aparente, não são escarpelizadas nesta abordagem, mas encontram-se descritas em anexo.

Como é do conhecimento geral a estratégia municipal assenta no binómio interno e externo. No primeiro está a intervenção ao nível da organização dos serviços municipais, no segundo todo o conjunto de acções de efeito externo directo.

Plano Interno

Gestão e Organização dos Serviços Municipais

Certificação de Qualidade

Concluimos com êxito o processo de Certificação de Gestão de Qualidade nos termos da NP EN ISO 9001:2000, fazendo do nosso Município o primeiro do Distrito e um dos primeiros a nível nacional a ter todos os serviços administrativos certificados. Foi um processo árduo só possível de realizar graças ao profissionalismo e dedicação demonstrados por todos os colaboradores envolvidos, mas constitui também um forte motivo de orgulho para todos nós e uma nova fonte de motivação para, enquanto organização, continuarmos a melhorar a nossa prestação, que se traduz numa prestação mais eficaz e mais célere às múltiplas solicitações que se nos colocam no dia a dia.

Parque Logístico Municipal

Também nesta linha de reorganização interna, concluimos o Parque Logístico e iniciámos o respectivo funcionamento, dotando os Serviços operativos do Município de uma estrutura fundamental para o bom desempenho da nossa função junto das populações. Este equipamento, reconhecido por muitos outros municípios como um exemplo de boas práticas, veio acrescentar maior dignidade aos serviços e contribuir para uma maior auto-estima de todos os colaboradores.



Plano Externo

Educação

Identificada como uma das áreas de actuação estratégica com maior impacto no desenvolvimento económico do concelho, a Educação foi objecto de um conjunto de acções de melhoria como sejam:

- A homologação da Carta Educativa pela Senhora Ministra da Educação, dotando o Município de um documento orientador das políticas educativas a desenvolver;
- Na sequência da homologação da Carta Educativa, iniciámos o procedimento para a contratualização da elaboração e fornecimento do projecto dos Centros Educativos de Cumieira, Espinhal e Penela, com vista à futura construção destes equipamentos fundamentais nos primeiros passos das nossas crianças no seu percurso educativo.
- A realização da acção de “Empreendedorismo nas Escolas” habilitando os professores participantes com uma ferramenta fundamental para a aplicação de novos conceitos junto dos alunos do 1º 2º e 3º ciclo, sensibilizando-os para a importância de crescerem com uma nova atitude no que concerne à forma de encarar o seu percurso de vida numa perspectiva empreendedora mais autónoma e menos dependente da obtenção de um emprego, tendencialmente público, cada vez menos provável num cenário de contínua redução do peso do Estado na Sociedade;
- Realização dum projecto-piloto na área das Tecnologias de Informação, através da colocação de quadros interactivos (e-Beams) nas Escolas Básicas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Cumieira, Espinhal e Penela, dotando estes estabelecimentos de novos instrumentos de trabalho capazes de gerarem novos focos de interesse junto dos alunos;
- Consolidação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular do 1º CEB, com a contratualização de uma empresa experiente para o leccionamento das actividades de Inglês, Música e Expressão Física e, ainda, a oferta dos Manuais e Livros de Exercícios a todos os alunos daquele nível de ensino.

Valorização do Território

Tivemos como grande evento de valorização do território, a realização do Penela Presépio que, desde o seu início a 8 de Dezembro de 2007 até ao dia 6 de Janeiro, para além de trazer ao Concelho cerca de 45.000 visitantes proporcionou que o nome Penela fosse divulgado, como nunca, à escala nacional.





Ainda nesta área de actuação, numa lógica de criação de um roteiro turístico ligado ao Património e simultaneamente proporcionar a conservação do património natural e construído, desenvolvemos uma multiplicidade de intervenções, designadamente:

- Concluímos a valorização da Praia Fluvial da Louçainha, do Restaurante de apoio e da área envolvente e por isso vimos aquele espaço ser galardoado com a Bandeira Azul, sendo uma das seis que mereceram esta distinção em todo o território nacional.
- Iniciámos a obra de Valorização do Percurso Pedestre da Pedra da Ferida proporcionando o acesso a este espaço de rara beleza natural, possibilitando que, assim, passe a integrar o roteiro do Município;
- Iniciámos o processo de valorização da Villa Romana do Rabaçal ao nível da elaboração do ante-projecto da cobertura pelo internacionalmente reconhecido Arqtº Álvaro Siza Vieira, para permitir uma maior capacidade de visitas e, em simultâneo, garantir uma melhor preservação da estrutura arqueológica, nomeadamente dos mosaicos que constituem o ex-libris da Estação.
- Concluímos o projecto e lançámos a obra de Valorização Paisagística do Castelo do Germanelo, ao abrigo de protocolo celebrado com os descendentes do Prof. Doutor Salvador Dias Arnaut, com o objectivo de dignificar aquele monumento da época da reconquista e estimular a visita àquele local.

Na vertente do desenvolvimento económico merecem especial referência:

- A realização do 1º Curso de Empreendedorismo da Universidade de Coimbra (enquadrado pelo protocolo celebrado com aquela entidade de reputação mundial) como “leit motiv” de uma nova atitude proactiva de pensar e fazer desenvolvimento.
- Concluímos a ampliação da Zona Industrial de Penela possibilitando a instalação de mais 12 novas empresas, das quais três já se instalaram, estando mais cinco empresas em fase de execução de projecto.
- Iniciámos o processo de elaboração do Plano de Pormenor do PENELI – Parque Empresarial de Novas Estratégias de Localização de Investimento na área norte do concelho, tirando vantagens da proximidade do principal eixo rodoviário do País que é a A1.



Acção Social

Sendo uma área em que as atribuições e competências se encontram espartilhadas de forma como clara por múltiplos órgãos e institutos da Administração Central, pela Administração Local e, ainda por diversas entidades privadas de solidariedade social, a Acção Social constitui um sector onde a actuação concreta está muito dependente da capacidade de interacção entre estes múltiplos actores.

Talvez por tudo isto, para além da dinâmica que imprimimos aos múltiplos grupos de trabalho que integramos, como sejam a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o PDIAS, a Rede Social, protocolámos com o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra a elaboração da Carta Social, dotando o Município de um instrumento fundamental na definição das estratégias de intervenção ao nível deste sector e, consequentemente, permitindo planear com maior oportunidade as acções a desenvolver e a partilha de responsabilidades entre os diversos parceiros intervenientes.

Demografia

Está por demais identificado que um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das zonas do interior rural decorre da estrutura demográfica destes territórios, que se caracteriza por baixa densidade populacional e elevado peso da população não activa, nomeadamente no escalão etário acima dos 65 anos.

A consciência desta realidade obrigou-nos a identificar potenciais formas de inversão desta realidade, através da fixação dos naturais do concelho e da captação de novos residentes.

Com este objectivo criámos o programa “**Penela Jovem**” atribuindo às jovens famílias apoios à natalidade e à construção ou aquisição de habitação, dando um claro sinal de que acreditamos no futuro e contamos com eles para construir um concelho melhor.

Credibilidade

Com esta atitude, determinada, empreendedora e, acima de tudo, coerente, fomos construindo uma imagem, alicerçada em muito trabalho, de credibilidade junto dos operadores privados de vários sectores da sociedade civil, que olham hoje para o nosso Concelho reconhecendo aqui um território onde há espaço e perspectivas para empreender.

Ao longo de 2007 concretizaram-se os seguintes projectos:

- Resultante de iniciativa do Município, o investimento privado vai permitir reabilitar a antiga fábrica do papel da Ponte do Espinhal para um Hotel de 4 estrelas e a reabilitação de toda a zona envolvente com a criação de um campo de férias;



- As obras do Dr. Bacalhau estão em processo de conversão para uma unidade de Turismo de Saúde pela mão da Associação Portuguesa de Medicina Preventiva;
- A aldeia do Esquio, que viu partir o seu último habitante há 12 anos, foi adquirida por um investidor privado que a vai reconstruir com finalidades turísticas;
- Na Urbanização da Camela, em terreno vendido pelo Município, a empresa Lucio's, do Porto, vai construir um complexo habitacional com 48 habitações (T3 e T4) com projecto, já aprovado pela Câmara, assinado pelo conceituado Arqtº João Álvaro da Rocha.



Conjuntura

Conjuntura na Área do Município

O Município de Penela, situado na região centro de Portugal a poucos quilómetros da sede de Distrito – Coimbra, ocupa uma área aproximada de 134,8 km², é constituído por seis freguesias - Cumeeira, Espinhal, Podentes, Rabaçal, Santa Eufémia e São Miguel e os seus aglomerados urbanos são inferiores a 1000 habitantes.

A população do concelho era segundo os censos 2001 de 6594 habitantes dos quais, 3197 são homens e 3397 são mulheres. A densidade populacional é de 48,9 habitantes/m².

Ainda segundo os Censos 2001, a população com menos de 24 anos é de 1607 habitantes, com mais de 25 e menos de 64 anos é de 3191 habitantes e com mais de 65 anos é de 1796 habitantes. A variação da população entre os anos 1991/2001 foi de menos 325 habitantes.

Da análise dos censos 2001 podemos ainda verificar que existem 2515 Famílias clássicas com uma dimensão média de 2,6 pessoas e 3 Famílias Institucionais.

O número de edifícios existentes no concelho é de 3688.

O número de Alojamentos clássicos é de 3813, o de Alojamentos não clássicos é de 11 e o de Alojamentos colectivos é de 4.

Enquadramento Interno

Alterações no Órgão Executivo

No decurso do ano económico em análise não se verificaram alterações na composição do Órgão Executivo.



Política de Recursos Humanos Adoptada

No ano económico de 2007 não se verificaram quaisquer reestruturações orgânicas ou do quadro pessoal da Autarquia. O Município, em termos de recursos humanos, tem-se preocupado em reorganizar e reaproveitar os recursos humanos existentes. Podemos verificar através do quadro que a seguir se apresenta que, comparativamente 2006, em 2007, houve um decréscimo de 6 funcionários. Esta diminuição foi conseguida através da diminuição de pessoal contratado e cujos contratos não foram renovados.

Porque falamos em recursos humanos, convém ter presente a componente remuneratória que, sem dúvida, é o maior factor de motivação como contrapartida do serviço prestado. Salientamos que no ano 2007 estes encargos atingiram 1.979.352,27€ distribuídos pelas rubricas de Remunerações certas e permanentes, Abonos variáveis e eventuais e Segurança Social, representando cerca de 23,51% das despesas totais efectuadas e pagas por este Município.

Designação	2006	2007	Varição
<i>Pessoal do Quadro</i>	<i>89</i>	<i>88</i>	<i>-1</i>
Dirigente	1	1	0
Técnico Superior	10	11	1
Técnico Profissional	3	3	0
Técnico	3	3	0
Administrativo	13	13	0
Operário	27	26	-1
Auxiliar	32	31	-1
<i>Pessoal com Contrato Individual Trabalho</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>2</i>
Auxiliar	0	2	2
<i>Pessoal Contratado</i>	<i>42</i>	<i>35</i>	<i>-7</i>
Técnico Superior	3	3	0
Técnico Profissional	9	7	-2
Técnico	2	3	1
Operário	10	9	-1
Auxiliar (1)	18	13	-5

(1) A remuneração de um dos funcionários é reembolsada pela DREC – Direcção Regional de Educação do Centro.

Existe ainda um conjunto de pessoas que se encontram a desempenhar funções na Câmara Municipal de Penela tais como os estagiários, o pessoal integrado em programas ocupacionais do Centro de Emprego e Formação Profissional e as tarefas. Da análise do quadro abaixo apresentado verifica-se a diminuição de um estagiário, o acréscimo de 9 programas ocupacionais e a diminuição de 2 tarefas.

Designação	2006	2007	Varição
<i>Estágios/POC/Tarefeiras</i>	<i>31</i>	<i>37</i>	<i>6</i>
Estágios Profissionais	3	2	-1
POC	16	25	9
Tarefeiras	12	10	-2



Análise Orçamental

Execução Orçamental 2007

Quadro - Resumo das Receitas Cobradas e das Despesas Realizadas				
Descrição	Orçamento Ano 2007	Executado Ano 2007	Grau Execução	Desvio
Receitas Correntes	6.248.523,77 €	4.647.407,97 €	74,38%	25,62%
Receitas Capital	6.933.415,91 €	3.775.160,15 €	54,45%	45,55%
Total das Receitas	13.181.939,68 €	8.422.568,12 €	63,89%	36,11%
Despesas Correntes	6.003.148,68 €	4.574.728,14 €	76,21%	23,79%
Despesas de Capital	7.178.791,00 €	3.843.625,87 €	53,54%	46,46%
Total das Despesas	13.181.939,68 €	8.418.354,01 €	63,86%	36,14%

No ano de 2007, o Orçamento Municipal apresenta um saldo corrente de 72.679,83€ o que significa que o Município de Penela mantém a tendência de transformar receitas correntes em despesa de capital. As receitas correntes apresentam uma execução orçamental de 74,38% à qual corresponde o valor recebido de 4.647.407,97€ e as despesas correntes uma execução orçamental de 76,21% à qual corresponde o valor pago de 4.574.728,14€. As receitas e despesas correntes apresentam níveis de execução afastados do previsto em orçamento de 25,62% e 23,79%, respectivamente.

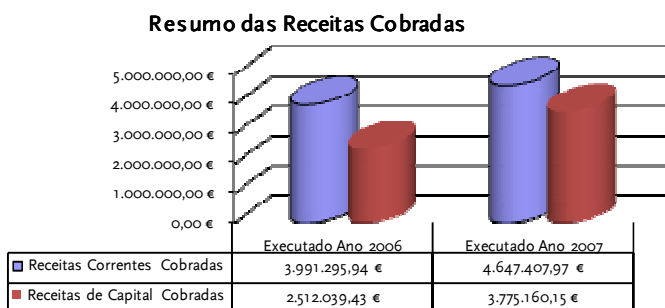
O saldo de capital apresenta o valor negativo de 68.465,72€ confirmando, assim, que o Município utilizou receitas correntes para pagar despesas de capital. As receitas de capital apresentam uma execução orçamental de 54,45% à qual corresponde o valor recebido de 3.775.160,15€ e as despesas de capital uma execução orçamental de 53,54% à qual corresponde o valor pago de 3.843.625,87€. As receitas e despesas de capital apresentam níveis de execução afastados do previsto em orçamento de 45,55% e 46,46%, respectivamente.

Em termos globais as receitas apresentam uma execução de 63,89% à qual corresponde o valor absoluto de 8.422.568,12€, com um desvio relativamente ao orçamento global de 36,11% e as despesas apresentam uma execução de 63,86% à qual corresponde o valor absoluto de 8.418.354,01€, com um desvio relativamente ao orçamento global de 36,14%.



Resumo das Receitas

Quadro - Resumo das Receitas Cobradas						
Descrição	Ano 2006	R / TR	Ano 2007	R / TR	Var. Abs.	Var (%)
Receitas Correntes	3.991.295,94 €	61,37%	4.647.407,97 €	55,18%	656.112,03 €	16,44%
Receitas Capital	2.512.039,43 €	38,63%	3.775.160,15 €	44,82%	1.263.120,72 €	50,28%
Total das Receitas	6.503.335,37 €	100,00%	8.422.568,12 €	100,00%	1.919.232,75 €	29,51%



Da análise do gráfico e da leitura dos dados constata-se que, no global, as receitas da Câmara Municipal de Penela aumentaram relativamente ao ano de 2006 pois verifica-se um acréscimo de 1.919.232,75€ a que corresponde uma variação positiva de 29,51%.

Quanto às receitas correntes, verifica-se um acréscimo de 656.112,03€ a que corresponde uma variação positiva de 16,44%. Este acréscimo ficou a dever-se essencialmente ao aumento das receitas provenientes dos impostos directos, transferências correntes, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes.

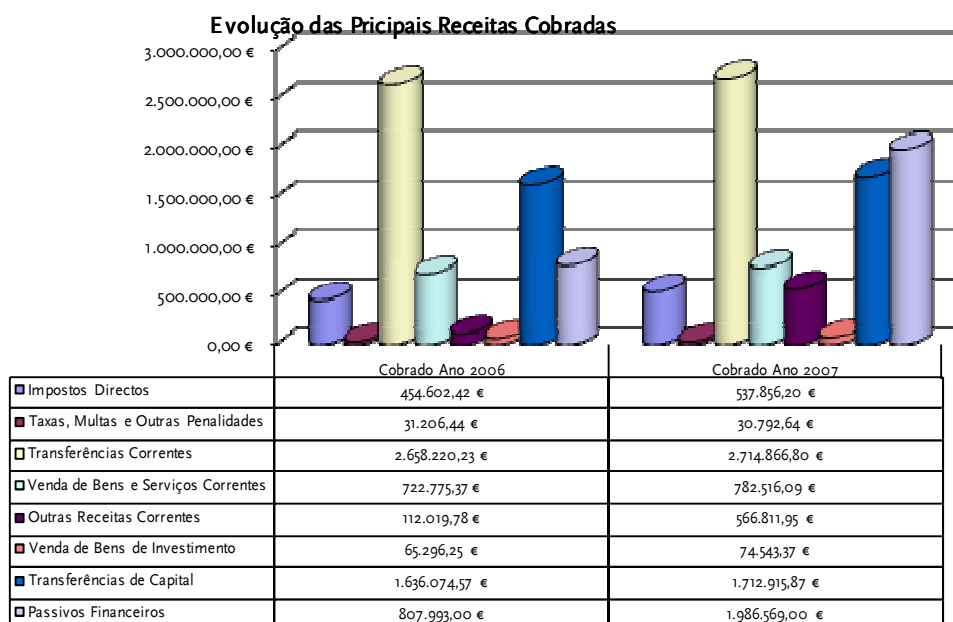
Quanto às receitas de capital verifica-se um acréscimo de 1.263.120,72€ a que corresponde uma variação positiva de 50,28%. Este acréscimo ficou a dever-se essencialmente ao aumento das receitas provenientes da venda de bens de investimento, transferências de capital e passivos financeiros.

Podemos ainda verificar que, comparativamente ao ano de 2006, o peso das receitas correntes no total das receitas diminuiu e o peso das receitas de capital no total das receitas aumentou em cerca de 6%.



Evolução das Receitas

Quadro - Evolução das Receitas Cobradas						
Descrição	Ano 2006	R/TR	Ano 2007	R/TR	Var. Abs.	Var (%)
Impostos Directos	454.602,42 €	6,99%	537.856,20 €	6,39%	83.253,78 €	18,31%
Impostos Indirectos	9.401,34 €	0,14%	9.886,10 €	0,12%	484,76 €	5,16%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	31.206,44 €	0,48%	30.792,64 €	0,37%	-413,80 €	-1,33%
Rendimentos de Propriedade	3.070,36 €	0,05%	4.678,19 €	0,06%	1.607,83 €	52,37%
Transferências Correntes	2.658.220,23 €	40,87%	2.714.866,80 €	32,23%	56.646,57 €	2,13%
Venda de Bens e Serviços Correntes	722.775,37 €	11,11%	782.516,09 €	9,29%	59.740,72 €	8,27%
Outras Receitas Correntes	112.019,78 €	1,72%	566.811,95 €	6,73%	454.792,17 €	405,99%
Venda de Bens de Investimento	65.296,25 €	1,00%	74.543,37 €	0,89%	9.247,12 €	14,16%
Transferências de Capital	1.636.074,57 €	25,16%	1.712.915,87 €	20,34%	76.841,30 €	4,70%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	807.993,00 €	12,42%	1.986.569,00 €	23,59%	1.178.576,00 €	145,86%
Outras Receitas de Capital	2.452,82 €	0,04%	0,00 €	0,00%	-2.452,82 €	-100,00%
Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	222,79 €	0,00%	1.131,91 €	0,01%	909,12 €	408,06%
Total	6.503.335,37 €	100,00%	8.422.568,12 €	100,00%	1.919.232,75 €	29,51%



Como é possível extrair da leitura dos números e da análise do gráfico apresentado pode-se verificar que relativamente ao ano anterior houve um acréscimo da cobrança de receitas e que o Município continua muito dependente das transferências, quer correntes, quer de capital, apesar do seu grau de importância



ter diminuído. As receitas provenientes do Orçamento de Estado continuam a representar a maior fonte de financiamento das actividades da autarquia.

Numa análise mais detalhada podemos verificar que:

Houve um aumento na cobrança dos impostos directos estabelecidos na Lei das Finanças Locais (Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Veículos e Imposto Municipal sobre Transmissões onerosas de Imóveis), no valor de 83.253,78€ à qual corresponde uma variação positiva de 18,31% relativamente ao ano anterior. Os impostos directos representam 6,39% da receita total.

Quanto aos impostos indirectos, onde se registam as receitas que recaem sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços houve um acréscimo da sua cobrança no valor de 484,76€ à qual corresponde uma variação positiva de 5,16% relativamente ao ano anterior. Os impostos indirectos representam 0,12% da receita total.

No que diz respeito às taxas, multas e outras penalidades, onde se registam os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, não havendo qualquer relação de contrapartida entre as receitas e os custos dos serviços prestados, a sua cobrança diminuiu em 413,80€ à qual corresponde uma variação negativa de 1,33% relativamente ao ano anterior. As taxas, multas e outras penalidades representam 0,37% da receita total.

Quanto aos rendimentos de propriedade, que abrangem as receitas provenientes de activos financeiros e rendas de activos não produtivos, nomeadamente, terrenos e activos incorpóreos, a sua cobrança aumentou em 1.607,83€ à qual corresponde uma variação positiva de 52,37% relativamente ao ano anterior. Os rendimentos de propriedade representam 0,06% da receita total.

As transferências correntes correspondem aos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento das despesas correntes e abrangem as receitas provenientes da Administração Central onde se incluem, entre outras, as relativas aos fundos municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS) tiveram um acréscimo da sua cobrança no valor de 56.646,57€ à qual corresponde uma variação positiva de 2,13% relativamente ao ano anterior. As transferências correntes representam 32,23% da receita total.

As vendas de bens e serviços correntes, incluindo, na generalidade, as receitas do produto da venda de bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, bem como as receitas da prestação de serviços, tiveram um acréscimo da sua cobrança no valor de 59.740,72€ à qual corresponde uma variação positiva de 8,27% relativamente ao ano anterior. É aqui que encontramos as receitas provenientes da venda de água; aluguer de espaços e equipamentos; serviços sociais, recreativos e de desporto; saneamento; resíduos sólidos e rendas de edifícios e outros. A venda de bens e serviços correntes representa 9,29% da receita total.



As outras receitas correntes tiveram um aumento da sua cobrança em 454.792,17€ à qual corresponde uma variação positiva de 405,99% relativamente ao ano anterior. Este aumento deve-se essencialmente à cobrança de receitas provenientes da compensação pela instalação dos Parques Eólicos no concelho. De notar que esta é uma rubrica da receita com carácter residual e compreende as receitas não susceptíveis de classificação nas demais rubricas de capital. As outras receitas correntes representam 6,73% da receita total.

Quanto à venda de bens de investimento a sua cobrança aumentou em 9.247,12€ à qual corresponde uma variação positiva 14,16% relativamente ao ano anterior. Este acréscimo deve-se, essencialmente, à cobrança de 20% do valor de venda do terreno da Quinta da Ponte do Espinhal, à venda de lotes de terreno na Zona Industrial de Penela para implantação de novas empresas e às concessões de terrenos no cemitério de Penela. A venda de bens de investimento representa 0,89% da receita total.

As transferências de capital correspondem aos recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e destinados ao financiamento das despesas de capital. Tal como já foi referido para as receitas correntes, as receitas provenientes da administração central, onde se incluem as relativas aos fundos municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro) e as receitas provenientes de participações comunitárias em projectos co-financiados tiveram um acréscimo na sua cobrança no valor de 76.841,30€ à qual corresponde uma variação positiva de 4,70% relativamente ao ano anterior. As transferências de capital representam 20,34% da receita total.

Quanto aos activos financeiros não se verificou qualquer cobrança de receita no decorrer do ano 2007.

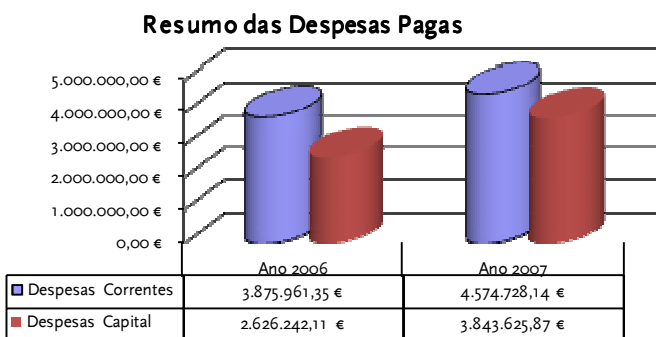
Quanto aos passivos financeiros foram cobrados 1.986.569,00€ resultantes da contratação de empréstimos para obras municipais. Relativamente ao ano anterior verifica-se um acréscimo no valor de 1.178.576,00€ ao qual corresponde uma variação positiva de 145,86%. Os passivos financeiros representam 23,59% da receita total.

Quanto às outras receitas de capital não se verificou qualquer cobrança de receita no decorrer do ano de 2007. Esta é uma rubrica de natureza residual e compreende as receitas não susceptíveis de classificação nas demais rubricas de capital.



Resumo das Despesas (Óptica dos Pagamentos)

Quadro - Resumo das Despesas Pagas						
Descrição	Ano 2006	R / TR	Ano 2007	R / TR	Var. Abs.	Var (%)
Despesas Correntes	3.875.961,35 €	59,61%	4.574.728,14 €	54,34%	698.766,79 €	18,03%
Despesas Capital	2.626.242,11 €	40,39%	3.843.625,87 €	45,66%	1.217.383,76 €	46,35%
Total das Despesas Pagas	6.502.203,46 €	100,00%	8.418.354,01 €	100,00%	1.916.150,55 €	29,47%

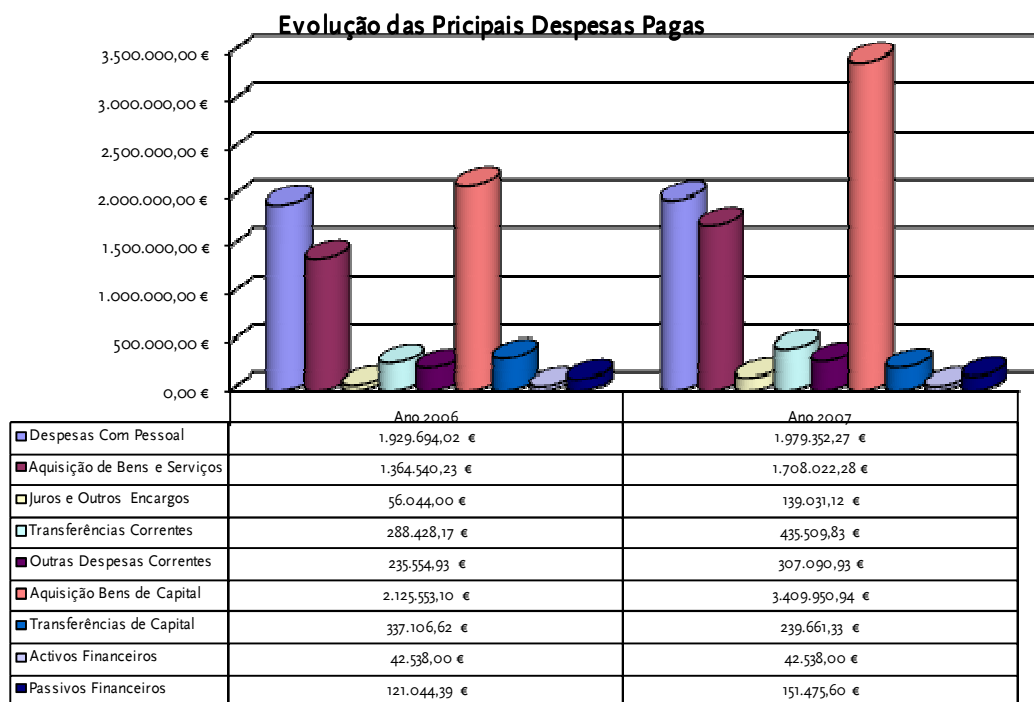


Da leitura dos dados e da análise do gráfico constata-se que o Município tem vindo a apresentar despesas correntes superiores às despesas de capital. No ano de 2007 verifica-se que houve um aumento de 698.766,79€ nas despesas correntes, correspondendo a uma variação de 18,03% e um aumento das despesas de capital de 1.217.383,76€, correspondendo a uma variação de 46,35%. De referir ainda que o peso das despesas correntes e das despesas de capital no total das despesas foi de 54,34% e 45,66% respectivamente. Podemos ainda verificar que o peso das despesas correntes no total da despesa diminuiu e o peso das despesas de capital aumentou em cerca de 5% relativamente ao ano de 2006. No total houve um aumento das despesas pagas em 1.916.150,55€ a que corresponde uma variação de 29,47%.



Evolução das Despesas Pagas

Quadro - Evolução das Despesas Pagas						
Descrição	Ano 2006	R / TR	Ano 2007	R / TR	Var. Abs.	Var (%)
Despesas Com Pessoal	1.929.694,02 €	29,68%	1.979.352,27 €	23,51%	49.658,25 €	2,57%
Aquisição de Bens e Serviços	1.364.540,23 €	20,99%	1.708.022,28 €	20,29%	343.482,05 €	25,17%
Juros e Outros Encargos	56.044,00 €	0,86%	139.031,12 €	1,65%	82.987,12 €	148,07%
Transferências Correntes	288.428,17 €	4,44%	435.509,83 €	5,17%	147.081,66 €	50,99%
Subsídios	1.700,00 €	0,03%	5.721,71 €	0,07%	4.021,71 €	236,57%
Outras Despesas Correntes	235.554,93 €	3,62%	307.090,93 €	3,65%	71.536,00 €	30,37%
Aquisição Bens de Capital	2.125.553,10 €	32,69%	3.409.950,94 €	40,51%	1.284.397,84 €	60,43%
Transferências de Capital	337.106,62 €	5,18%	239.661,33 €	2,85%	-97.445,29 €	-28,91%
Activos Financeiros	42.538,00 €	0,65%	42.538,00 €	0,51%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	121.044,39 €	1,86%	151.475,60 €	1,80%	30.431,21 €	25,14%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total	6.502.203,46 €	100,00%	8.418.354,01 €	100,00%	1.916.150,55 €	29,47%



Da análise dos dados constatamos que, com excepção das transferências de capital, houve um aumento dos vários tipos de despesa.



Numa análise mais detalhada podemos verificar que:

As despesas com pessoal, que englobam as remunerações certas e permanentes com os órgãos autárquicos, com o pessoal do quadro, pessoal em qualquer outra situação e com os encargos inerentes à caixa geral de aposentações, à segurança social e à assistência na doença dos funcionários públicos apresentam níveis de execução muito próximos do orçamentado. Constatase, no entanto, que as despesas com pessoal sofreram um aumento de 49.658,25€ a que corresponde um acréscimo de 2,57% relativamente ao ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo ao aumento dos vencimentos e das despesas com encargos sociais dos funcionários. O peso deste tipo de despesa em relação ao total é de 23,51%.

A aquisição de bens e serviços compreende as despesas com a aquisição de bens de consumo duradouro – que se conservam ou perduram para além de um ano, as despesas com a aquisição de bens que não perduram para além da sua primeira utilização ou cuja durabilidade normal não ultrapassa um ano e as despesas com a aquisição de serviços a terceiros. Comparativamente ao ano 2006 verifica-se um aumento de 343.482,05€ a que corresponde um acréscimo de 25,17%. O peso da aquisição destes bens e serviços correntes no total da despesa é de 20,29%.

Os encargos decorrentes da dívida são constituídos pelas despesas relativas a juros provenientes da contratação de empréstimos bancários e de contratos de locação financeira, bem como outros juros. Esta rubrica de despesa apresenta um aumento de 82.987,12€ relativamente ao ano de 2006 devido à contratação de novos empréstimos e aos sucessivos aumentos das taxas de juro indexadas a cada um dos empréstimos contratados. O peso desta rubrica no total das despesas pagas é de 1,65%.

As transferências correntes são importâncias retiradas do orçamento municipal e concedidas sem qualquer contrapartida a outras entidades. São aqui registadas as transferências para Instituições sem fins lucrativos (apoios ao normal funcionamento das associações concelhias) e para as juntas de freguesia conforme protocolos celebrados nomeadamente para a limpeza de povoações. Constatase um aumento deste tipo de despesa em 147.081,66€ a que corresponde uma variação de 50,99%. O peso desta rubrica no total das despesas pagas é de 5,17%.

A rubrica de outras despesas correntes, de carácter residual, abrange todas as despesas correntes não incluídas nas restantes rubricas. São aqui registadas, entre outras, as despesas decorrentes da realização da Feira dos Produtos Endógenos e da Gastronomia, Feira do Mel, Feira de São Miguel e o Penela Presépio 2007. Esta rubrica apresenta um aumento de 71.536,00€ e o seu peso no total das despesas pagas é de 3,65%.

Na rubrica de aquisição de bens de capital, classificam-se as despesas destinadas a aumentar o capital fixo, quer por meio da aquisição a terceiros quer por produção própria. São aqui registadas, entre outras,



as despesas com investimentos efectuados em edifícios, material de transporte e construções diversas nomeadamente viadutos, arruamentos, estradas, captação e distribuição de água e drenagem de águas pluviais e residuais. Verifica-se um aumento de 1.284.397,84€ a que corresponde um acréscimo de 60,43% relativamente ao ano anterior e o seu peso no total das despesas pagas 40,51%.

As transferências de capital, de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes, destinam-se a financiar obras por parte de outras instituições. Salientam-se aqui as transferências para comparticipação nas obras do Pólo de Penela da ETP Sicó, e da reabilitação do antigo hospital da Misericórdia. Esta rubrica, comparativamente ao ano de 2006 apresenta uma diminuição de 97.445,29€ a que corresponde uma variação negativa de 28,91%. O seu peso em relação ao total da despesa é de 2,85%.

Nos activos financeiros classificam-se as aquisições de acções, obrigações, quotas e outras formas de participação. No ano de 2007 efectuou-se o pagamento de parte da participação do município nas águas do Mondego no valor de 42.538,00€. O seu peso em relação ao total da despesa é de 0,51%.

Nos passivos financeiros são registadas as operações financeiras destinadas à amortização de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelo município. Podemos verificar que houve um aumento deste tipo de despesas em 30.431,21€ e que o seu peso no total da despesa é de 1,80%.

As outras despesas de capital é uma rubrica de natureza residual, nela sendo consideradas as demais despesas de capital que não são enquadráveis nas restantes rubricas e não apresenta qualquer valor.

Despesas (Óptica dos Compromissos)

Quadro - Evolução das Despesas Realizadas					
Descrição	Dotações	Compromissos	Tx. Execução	Var. Abs.	Var (%)
Despesas Com Pessoal	2.183.590,91 €	2.111.439,80 €	96,70%	72.151,11 €	3,42%
Aquisição de Bens e Serviços	2.715.757,77 €	2.381.932,73 €	87,71%	333.825,04 €	14,01%
Juros e Outros Encargos	147.800,00 €	139.853,42 €	94,62%	7.946,58 €	5,68%
Transferências Correntes	480.250,00 €	447.039,83 €	93,08%	33.210,17 €	7,43%
Subsidios	13.250,00 €	8.721,71 €	65,82%	4.528,29 €	51,92%
Outras Despesas Correntes	462.500,00 €	425.433,86 €	91,99%	37.066,14 €	8,71%
Aquisição Bens de Capital	6.590.353,00 €	5.959.838,54 €	90,43%	630.514,46 €	10,58%
Transferências de Capital	390.900,00 €	317.683,08 €	81,27%	73.216,92 €	23,05%
Activos Financeiros	44.038,00 €	42.538,00 €	96,59%	1.500,00 €	3,53%
Passivos Financeiros	153.500,00 €	151.475,60 €	98,68%	2.024,40 €	1,34%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total	13.181.939,68 €	11.985.956,57 €	90,93%	1.195.983,11 €	9,98%



Na óptica dos compromissos assumidos a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 13.181.939,68€ orçamentados foram comprometidos 11.985.956,57€ a que corresponde uma taxa de execução de 90,93%. O desvio verificado no valor de 1.195.983,11€ a que corresponde uma taxa de 9,98% corresponde ao valor que falta comprometer.

Despesas (Óptica das Realizações)

Quadro - Evolução das Despesas Realizadas					
Descrição	Compromissos	Realizado	Tx. Execução	Var. Abs.	Var (%)
Despesas Com Pessoal	2.111.439,80 €	2.111.439,80 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Aquisição de Bens e Serviços	2.381.932,73 €	2.226.692,91 €	93,48%	155.239,82 €	6,52%
Juros e Outros Encargos	139.853,42 €	139.853,42 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Transferências Correntes	447.039,83 €	441.039,83 €	98,66%	6.000,00 €	1,34%
Subsídios	8.721,71 €	8.721,71 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas Correntes	425.433,86 €	416.194,09 €	97,83%	9.239,77 €	2,17%
Aquisição Bens de Capital	5.959.838,54 €	4.589.017,18 €	77,00%	1.370.821,36 €	23,00%
Transferências de Capital	317.683,08 €	304.696,95 €	95,91%	12.986,13 €	4,09%
Activos Financeiros	42.538,00 €	42.538,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	151.475,60 €	151.475,60 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total	11.985.956,57 €	10.431.669,49 €	87,03%	1.554.287,08 €	12,97%

Na óptica das realizações, a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 11.985.956,57€ comprometidos foram realizados 10.431.669,49€ a que corresponde uma taxa de execução de 87,03%. O desvio verificado no valor de 1.554.287,08€ a que corresponde uma taxa de 12,97% corresponde ao valor que falta realizar (valor a ser facturado pelos fornecedores).



Despesas (Óptica dos Pagamentos)

Quadro - Evolução das Despesas Realizadas					
Descrição	Realizado	Pago	Tx. Execução	Var. Abs.	Var (%)
Despesas Com Pessoal	2.111.439,80 €	1.979.352,27 €	93,74%	132.087,53 €	6,26%
Aquisição de Bens e Serviços	2.226.692,91 €	1.708.022,28 €	76,71%	518.670,63 €	23,29%
Juros e Outros Encargos	139.853,42 €	139.031,12 €	99,41%	822,30 €	0,59%
Transferências Correntes	441.039,83 €	435.509,83 €	98,75%	5.530,00 €	1,25%
Subsídios	8.721,71 €	5.721,71 €	65,60%	3.000,00 €	34,40%
Outras Despesas Correntes	416.194,09 €	307.090,93 €	73,79%	109.103,16 €	26,21%
Aquisição Bens de Capital	4.589.017,18 €	3.409.950,94 €	74,31%	1.179.066,24 €	25,69%
Transferências de Capital	304.696,95 €	239.661,33 €	78,66%	65.035,62 €	21,34%
Activos Financeiros	42.538,00 €	42.538,00 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	151.475,60 €	151.475,60 €	100,00%	0,00 €	0,00%
Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Total	10.431.669,49 €	8.418.354,01 €	80,70%	2.013.315,48 €	19,30%

Na óptica dos pagamentos a taxa de execução da despesa apresenta um bom nível de execução uma vez que dos 10.431.669,49€ realizados foram pagos 8.418.354,01€ a que corresponde uma taxa de execução de 80,70%. O desvio verificado no valor de 2.013.315,48€ a que corresponde uma taxa de 19,30% corresponde ao valor da dívida orçamental.

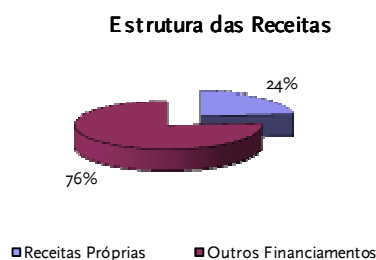


Fontes de Financiamento

Receitas Próprias

Estrutura das Receitas Próprias

As receitas próprias de uma autarquia local, são aquelas que esta pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem a influência de organismos externos. Excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contratados.

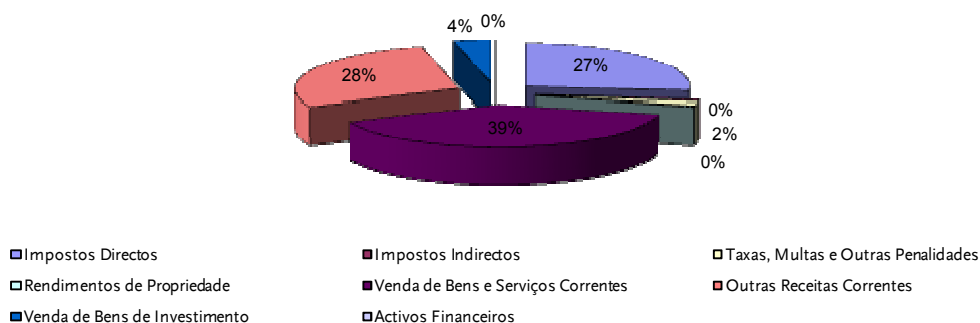


No ano económico de 2007 as receitas próprias representam 24% do total da receita arrecada tendo-se verificado um aumento de cerca de 2% relativamente ao ano anterior. O Município continua a ter uma forte dependência das verbas provenientes do Orçamento de Estado. Tal como a maioria dos outros municípios desta dimensão, a nossa capacidade para arrecadar receita sem o recurso a organismos externos é reduzida. Isto deve-se sobretudo ao facto de os municípios não praticarem os mesmos preços que as empresas privadas nos serviços que prestam à comunidade, nomeadamente na prestação de serviços sociais, culturais e desportivos, no fornecimento de água e recolha de resíduos sólidos urbanos, porque o seu objectivo primário não é a obtenção do lucro, mas sim a satisfação do maior número de necessidades dos seus munícipes.

Poderemos ver de seguida a desagregação das receitas próprias por rubrica de despesa.



Estrutura das Receitas Próprias



Através da leitura do gráfico constatamos que 39% da receita própria diz respeito à venda de bens e prestação de serviços correntes, 28% às outras receitas correntes, 27% aos impostos directos, 4% a venda de bens de investimento, 2% às taxas, multas e outras penalidades. Os impostos indirectos e os rendimentos de propriedade não têm qualquer expressão na receita própria.

Evolução das Receitas Próprias

Quadro - Evolução das Receitas Próprias				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Impostos Directos	454.602,42 €	537.856,20 €	83.253,78 €	18,31%
Impostos Indirectos	9.401,34 €	9.886,10 €	484,76 €	5,16%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	31.206,44 €	30.792,64 €	-413,80 €	-1,33%
Rendimentos de Propriedade	3.070,36 €	4.678,19 €	1.607,83 €	52,37%
Venda de Bens e Serviços Correntes	722.775,37 €	782.516,09 €	59.740,72 €	8,27%
Outras Receitas Correntes	112.019,78 €	566.811,95 €	454.792,17 €	405,99%
Venda de Bens de Investimento	65.296,25 €	74.543,37 €	9.247,12 €	14,16%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total	1.398.371,96 €	2.007.084,54 €	608.712,58 €	43,53%

Da análise dos dados verificamos que as receitas próprias tiveram uma evolução positiva de 2006 para 2007 no valor de 608.712,58€ a que corresponde a percentagem de 43,53%. Constatamos ainda que foram as outras receitas correntes que tiveram a maior variação com 454.820,59€, seguindo-se os impostos directos com uma variação de 83.253,78€, a venda de bens e serviços correntes com uma variação de 59.740,72€, a venda de bens de investimento com uma variação de 9.247,12€, os rendimentos de propriedade com uma variação de 1.607,83€ e os impostos indirectos com uma variação



de 456,34€. Podemos constatar, ainda, que houve uma ligeira evolução negativa nas taxas multas e outras penalidades.

Indicadores

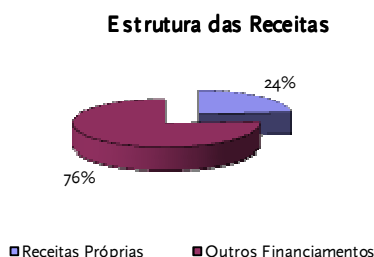
Indicadores	2006	2007
Receitas Próprias/Receita Total	21,50%	23,83%
Receitas Próprias/Despesa Total	21,51%	23,84%
Receitas Próprias por Km2	10.373,68 €	14.889,35 €
Receitas Próprias per Capita	212,07 €	304,38 €

Dos indicadores constatamos que as receitas próprias aumentaram o seu peso em relação à receita total e à despesa total em cerca de 2%. Podemos ainda verificar que houve um aumento das receitas próprias por Km2 e também um aumento das receitas próprias per capita.

Outros Financiamentos

Estrutura dos Outros Financiamentos

Os outros financiamentos incluem os fundos municipais, os fundos comunitários, as outras transferências, o recurso ao crédito e as reposições não abatidas aos pagamentos.

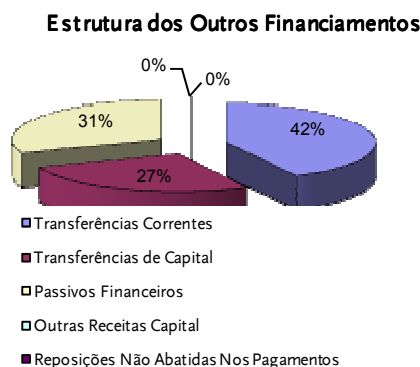


No ano económico de 2007 os outros financiamentos representam 76% do total da receita arrecada, o que, confirmando os dados relatados anteriormente, reforça a elevada dependência externa que o



Município tem na arrecadação de receitas. De salientar, no entanto que comparativamente ao ano de 2006 verificou-se uma diminuição de cerca de 2% deste tipo de receitas.

Poderemos ver de seguida a desagregação dos outros financiamentos por rubrica de despesa.



Da análise do gráfico podemos verificar que 42% dos outros financiamentos dizem respeito às transferências correntes, 31% a passivos financeiros e 27% a transferências de capital. As outras receitas de capital não apresentam qualquer valor.

Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro - Evolução dos Outros Financiamentos				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Transferências Correntes	2.658.220,23 €	2.714.866,80 €	56.646,57 €	2,13%
Transferências de Capital	1.636.074,57 €	1.712.915,87 €	76.841,30 €	4,70%
Passivos Financeiros	807.993,00 €	1.986.569,00 €	1.178.576,00 €	145,86%
Outras Receitas Capital	2.452,82 €	0,00 €	-2.452,82 €	-100,00%
Reposições não Abatidas Pagamentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total	5.102.287,80 €	6.414.351,67 €	1.312.063,87 €	25,65%

A evolução dos outros financiamentos foi positiva em 1.312.063,87€ e em termos percentuais – 25,65%, sendo que as rubricas que mais contribuíram para esse acréscimo foram os passivos financeiros, as transferências de capital e as transferências correntes. As outras receitas de capital e as reposições não abatidas aos pagamentos não apresentam qualquer valor. Os Passivos Financeiros tiveram um aumento considerável devido à contratação de um novo empréstimo para obras.



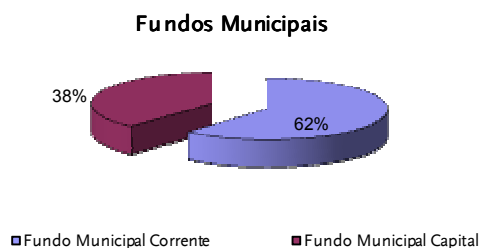
Indicadores

Indicadores	2006	2007
Outros Financiamentos/Receita Total	78,49%	76,16%
Outros Financiamentos/Despesa Total	78,51%	76,19%
Outros Financiamentos por Km2	37.869,00 €	47.584,21 €
Outros Financiamentos per Capita	774,15 €	972,76 €

Dos indicadores constatamos que os outros financiamentos diminuíram o seu peso em relação à receita total e à despesa total. Podemos ainda verificar que houve um aumento dos outros financiamentos por Km2 e também um aumento dos outros financiamentos per capita.

Participação da Autarquia nos Impostos do Estado

Estrutura dos Fundos Municipais



Da análise do gráfico constatamos que é o Fundo Municipal Capital que maior participação tem no total dos fundos municipais com 62% seguido do Fundo Municipal Corrente com 38%.

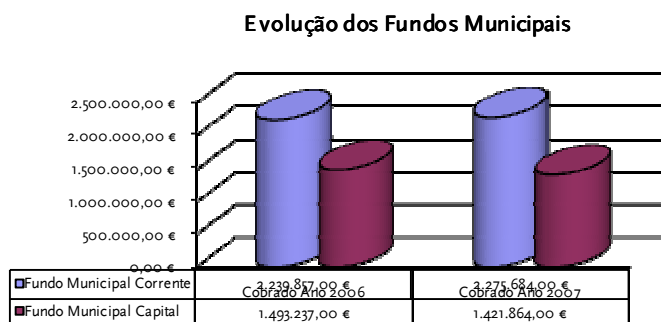


Evolução dos Fundos Municipais

Quadro - Evolução dos Fundos Municipais				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Fundo Municipal Corrente	2.239.857,00 €	2.275.684,00 €	35.827,00 €	1,60%
Fundo Municipal Capital	1.493.237,00 €	1.421.864,00 €	-71.373,00 €	-4,78%
Total dos Fundos Municipais	3.733.094,00 €	3.697.548,00 €	-35.546,00 €	-0,95%

Da análise dos dados verificamos que os fundos municipais tiveram uma evolução negativa de 2006 para 2007 no valor de 35.546,00€ a que corresponde a percentagem de 0,95%. Esta evolução deve-se ao facto de 20 % do duodécimo de Dezembro dos fundos municipais apenas ter sido recebido já no decorrer de 2008.

Podemos ver no gráfico seguinte a evolução dos Fundos Municipais de 2006 para 2007.



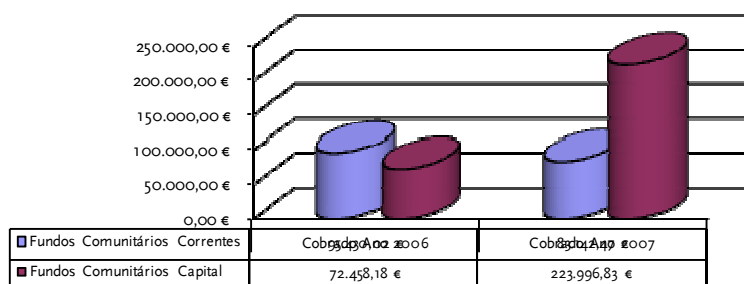
Fundos Comunitários

Quadro - Evolução dos Fundos Comunitários				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Fundos Comunitários Correntes	95.430,02 €	83.142,47 €	-12.287,55 €	-12,88%
Fundos Comunitários Capital	72.458,18 €	223.996,83 €	151.538,65 €	209,14%
Total dos Fundos Comunitários	167.888,20 €	307.139,30 €	139.251,10 €	82,94%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos fundos comunitários do ano 2006 para o ano 2007.



Evolução dos Fundos Comunitários



Constata-se um aumento global de 82,94% nos Fundos Comunitários em 2007, sendo que os correntes tiveram uma diminuição de 12,88%, e os de capital tiveram um acréscimo de 209,14%.

Endividamento Autárquico

Curto Prazo

Relativamente a empréstimos de curto prazo o Município de Penela, tal como em 2006, não recorreu a este tipo de receita.

Médio e Longo Prazo

Relativamente a empréstimos de médio e longo prazo, o Município, no ano de 2007, arrecadou 1.986.569,00€ deste tipo de receita, enquanto no ano de 2006 arrecadou 807.993,00€ pelo que se verifica um aumento de 145,86% em relação ao ano anterior.

Quadro - Evolução dos Passivos Financeiros				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Empréstimos a Médio e Longo Prazo	807.993,00 €	1.986.569,00 €	1.178.576,00 €	145,86%



Indicadores

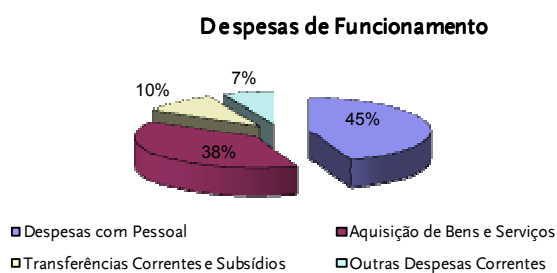
Indicadores	2006	2007
Passivos Financeiros/Receita Total	12,42%	23,59%
Passivos Financeiros/Despesa Total	12,43%	23,60%
Passivos Financeiros por Km2	5.994,01 €	14.737,16 €
Passivos Financeiros per Capita	122,53 €	301,27 €

Dos indicadores acima referidos constatamos que os passivos financeiros aumentaram o seu peso, tanto em relação à receita total, como em relação à despesa total em cerca de 11%. Podemos ainda verificar que houve um aumento dos passivos financeiros por Km2 e, também, per capita.

Aplicação dos Recursos Financeiros

Estrutura das Despesas de Funcionamento

Estrutura das Despesas de funcionamento



Em qualquer organização existe um conjunto de despesas consideradas essenciais para o funcionamento da entidade, que coincidem quase todas com as despesas correntes. Excluem-se os encargos financeiros com o serviço da dívida, bem como as despesas com a execução de projectos efectuados por administração directa. Da análise do gráfico constatamos que 44% das despesas de funcionamento dizem respeito às despesas com pessoal, 39% à aquisição de bens e serviço, 10% às transferências e subsídios e 7% às outras despesas correntes.

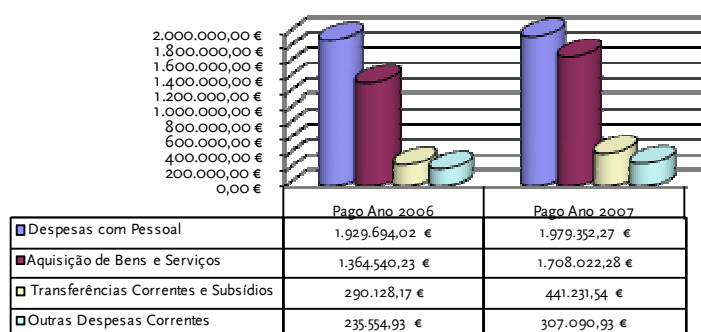


Evolução das Despesas de Funcionamento

Quadro - Evolução das Despesas de Funcionamento				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Despesas com Pessoal	1.929.694,02 €	1.979.352,27 €	49.658,25 €	2,57%
Aquisição de Bens e Serviços	1.364.540,23 €	1.708.022,28 €	343.482,05 €	25,17%
Transferências Correntes e Subsídios	290.128,17 €	441.231,54 €	151.103,37 €	52,08%
Outras Despesas Correntes	235.554,93 €	307.090,93 €	71.536,00 €	30,37%
Total	3.819.917,35 €	4.435.697,02 €	615.779,67 €	16,12%

Poderemos ver no gráfico seguinte a evolução das despesas de funcionamento de 2006 para 2007.

Evolução das Despesas de Funcionamento



Da análise dos dados verificamos que o aumento mais significativo na estrutura das despesas de funcionamento se deve ao aumento, comparativamente ao ano de 2006, de 343.482,05€ verificado na rubrica de aquisição de bens e serviços. Em seguida estão as despesas com as transferências correntes e subsídios, com um acréscimo de 151.103,37€. As outras despesas correntes apresentam um acréscimo de 71.536€. As despesas com pessoal apresentam um acréscimo de 49.658,25€.

Indicadores

De seguida apresentamos um quadro com a evolução de alguns indicadores das Despesas de Funcionamento.



Indicadores	2006	2007
Despesas de Funcionamento/Receitas Correntes	95,71%	95,44%
Despesas de Funcionamento/Despesas Correntes	98,55%	96,96%
Despesas de Funcionamento/Despesas Totais	58,75%	52,69%
Despesas de Funcionamento por Km2	28.337,67 €	32.905,76 €
Despesas de Funcionamento per Capita	579,30 €	672,69 €

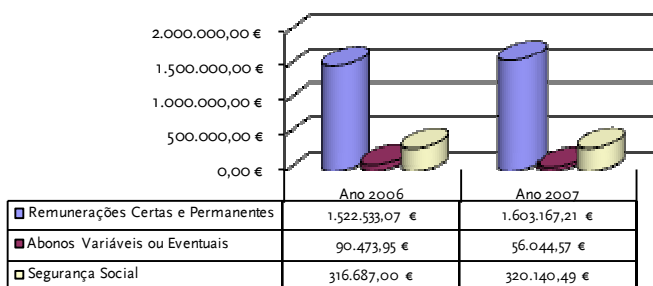
Da análise dos indicadores apresentados constatamos que o Município apresenta elevadas despesas de funcionamento, e que estas, no ano 2007, representam quase 100% das receitas correntes e das despesas correntes. Ao nível das despesas totais cerca de 52,69% das despesas são absorvidas por despesas de funcionamento verificando-se uma diminuição de cerca de 6% relativamente ao ano 2006. Podemos ainda verificar que houve um aumento das despesas de funcionamento por Km2 e, também, per capita.

Despesas com Pessoal

Evolução das Despesas com Pessoal

Quadro - Evolução das Despesas com Pessoal				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Remunerações Certas e Permanentes	1.522.533,07 €	1.603.167,21 €	80.634,14 €	5,30%
Abonos Variáveis ou Eventuais	90.473,95 €	56.044,57 €	-34.429,38 €	-38,05%
Segurança Social	316.687,00 €	320.140,49 €	3.453,49 €	1,09%
Total Despesas com pessoal	1.929.694,02 €	1.979.352,27 €	49.658,25 €	2,57%

Evolução das Despesas com Pessoal



A rubrica despesas com pessoal cresceu em termos absolutos 49.658,25€, correspondendo a um aumento de 2,57%.



Podemos verificar no quadro acima que as remunerações certas e permanentes tiveram um aumento de 80.634,14€ correspondente a um aumento de 5,30% e que se deve essencialmente a um acréscimo no valor de 1.310,39€ nas remunerações certas e permanentes dos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos, a um acréscimo de 23.270,86€ nas remunerações certas e permanentes do pessoal dos quadros, a um acréscimo de 8.895,73€ nas remunerações do pessoal contratado a termo, a um acréscimo de 39.281,51€ nas despesas com o pessoal em regime de tarefa e avença, a um acréscimo de 1.314,79€ nas despesas com o pessoal aguardando aposentação, a um decréscimo de 17.040,21€ nas despesas com o pessoal em qualquer outra situação, a um acréscimo de 12.404,48€ nas despesas com o subsídio de refeição e a um acréscimo de 10.923,56€ nas remunerações por doença e maternidade/paternidade.

Os outros abonos em numerário ou espécie tiveram um decréscimo de 34.419,38€ correspondente a um acréscimo de 6.412,04€ nas despesas com horas extraordinárias, a um decréscimo de 1.810,00€ nas despesas com as ajudas de custo, a um decréscimo de 3.157,66€ nas despesas com as indemnizações por cessação de funções, a um decréscimo de 4.667,92€ nas despesas com outros suplementos e prémios e a um decréscimo de 31.401,12€ nas despesas com os outros abonos em numerário ou espécie. As despesas de segurança social tiveram um aumento de 3.453,49€ correspondente a um decréscimo de 3.089,04€ nas despesas com os outros encargos com a saúde, a um acréscimo de 1.554,22€ nas despesas com o subsídio familiar a crianças e jovens, a um acréscimo de 12.918,30€ nas despesas com as contribuições para a segurança social, a um acréscimo de 3.093,83€ nas despesas com os acidentes em serviço e doenças profissionais e a um decréscimo de 11.417,32€ nas despesas com seguros de pessoal.

Indicadores das Despesas com Pessoal

Indicadores	2006	2007
Despesas com Pessoal/Receitas Correntes	48,35%	42,59%
Despesas com Pessoal/Despesas Correntes	49,79%	43,27%
Despesas com Pessoal/Despesas Totais	29,68%	23,51%
Despesas com Pessoal por Km ²	14.315,24 €	14.683,62 €
Despesas com Pessoal per Capita	292,64 €	300,17 €

Da análise dos indicadores e tal como já referimos anteriormente, a rubrica das despesas com pessoal tem um peso significativo nesta organização. O peso das despesas com pessoal na despesa total diminuiu de cerca de 29% em 2006 para cerca de 23% em 2007 no entanto, verifica-se um aumento das despesas com o pessoal por Km² e, também, per capita.

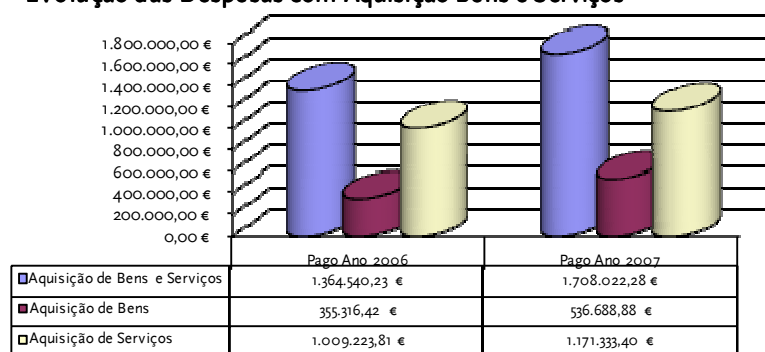


Aquisição de bens e serviços

Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços

Quadro - Evolução das Despesas relativas à Aquisição de Bens e Serviços				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Aquisição de Bens e Serviços	1.364.540,23 €	1.708.022,28 €	343.482,05 €	25,17%
Aquisição de Bens	355.316,42 €	536.688,88 €	181.372,46 €	51,05%
Aquisição de Serviços	1.009.223,81 €	1.171.333,40 €	162.109,59 €	16,06%

Evolução das Despesas com Aquisição Bens e Serviços



Da análise do gráfico e dos dados apresentados verificamos que o aumento de 25,17% verificado na rubrica da aquisição de bens e serviços, tem a sua origem mais significativa, em termos percentuais, nas despesas com aquisição de bens que apresenta uma variação de 51,05%, correspondente a 181.372,46€. A aquisição de Serviços apresenta um aumento de 16,06% com o valor de 162.109,59€.

Numa análise mais detalhada podemos verificar que:

Relativamente à aquisição de bens verifica-se um aumento de 181.372,46€ relativamente ao ano de 2006. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento dos combustíveis com uma variação de 8.182,50€, um aumento de 8.159,25€ nas despesas com limpeza e higiene, um aumento de 35.467,83€ referente às despesas com alimentação – refeições confeccionadas, um aumento de 9.019,46€, um aumento de 85.904,48€ nas despesas com material de educação, cultura e recreio e um aumento de 3.823,64€ nas despesas com outros bens. Quanto à aquisição de serviços verifica-se um aumento de 162.109,59€ relativamente ao ano de 2006. Este aumento deve-se essencialmente ao aumento de 16.050,61€ das



despesas com a conservação de bens, um aumento de 11.276,64€ das despesas com comunicações, um aumento de 119.080,88€ das despesas com transportes, um aumento de 50.863,79€ das despesas com estudos projectos e consultadoria, um aumento de 26.925,90€ nas despesas com formação, um aumento de 35.698,80€ nas despesas com seminários exposições e similares, uma diminuição de 190.086,34€ nas despesas com trabalhos especializados, e um aumento de 96.558,66€ nas despesas com outros serviços.

Indicadores de Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2006	2007
Despesas com aquisição de Bens e Serviços/Receitas Correntes	34,19%	36,75%
Despesas com aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	35,21%	37,34%
Despesas com aquisição de Bens e Serviços/Despesas Totais	20,99%	20,29%
Despesas com aquisição de Bens e Serviços por Km2	10.122,70 €	12.670,79 €
Despesas com aquisição de Bens e Serviços per Capita	206,94 €	259,03 €

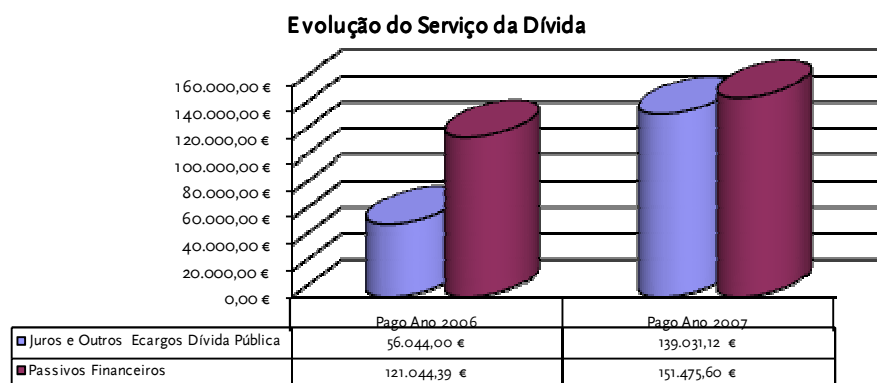
Da análise dos indicadores verificamos, como já referimos anteriormente, que houve um aumento das aquisições de bens e serviços, sendo que, estas despesas absorvem 36,75% das receitas correntes e 37,34% das despesas correntes. As despesas com a aquisição de bens e serviços correntes absorvem ainda 20,29% das despesas totais do Município em 2007. Podemos ainda verificar que houve um aumento das despesas com a aquisição de bens e serviços por Km2 e, também, per capita.

Serviço da Dívida

Evolução do Serviço da Dívida

Quadro - Evolução do Serviço da Dívida				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Juros e Outros Encargos Dívida Pública	56.044,00 €	139.031,12 €	82.987,12 €	148,07%
Passivos Financeiros	121.044,39 €	151.475,60 €	30.431,21 €	25,14%

No gráfico seguinte encontra-se representada a evolução do serviço da dívida de 2006 para 2007.



O serviço da dívida, constituído pelas despesas decorrentes do financiamento da actividade da autarquia no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos a médio e longo prazo, teve um acréscimo nos juros da dívida pública de 148,07% e nos passivos financeiros de 25,14%.

Indicadores de Despesas com o Serviço da Dívida

Indicadores	2006	2007
Despesas com Serviço da Dívida/Receitas Correntes	4,44%	6,25%
Despesas com Serviço da Dívida/Despesas Correntes	4,57%	6,35%
Despesas com Serviço da Dívida/Despesas Totais	2,72%	3,45%
Despesas com Serviço da Dívida por Km2	1.313,71 €	2.155,09 €
Despesas com Serviço da Dívida per Capita	26,86 €	44,06 €

Podemos verificar que as despesas com o serviço da dívida representam 6,25% das receitas correntes e 6,35% das despesas correntes. Em relação ao total da despesa, o serviço da dívida absorve 3,45%. Podemos ainda verificar que houve um aumento das despesas com o serviço da dívida por Km2 e, também, per capita.

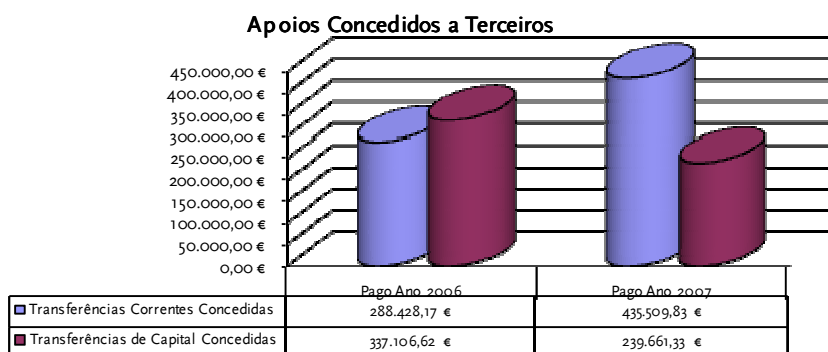


Apoios Concedidos a Terceiros

Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro - Evolução dos Apoios Concedidos a Terceiros				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Transferências Correntes Concedidas	288.428,17 €	435.509,83 €	147.081,66 €	50,99%
Transferências de Capital Concedidas	337.106,62 €	239.661,33 €	-97.445,29 €	-28,91%

Podemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos apoios concedidos a terceiros de 2006 para 2007.



Os apoios concedidos a terceiros pelo Município consistiram em transferências correntes e de capital. As transferências correntes compreendem as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário. Encontram-se nesta situação as transferências para apoios ao normal funcionamento das associações e realização de actividades. As transferências de capital destinam-se ao financiamento de despesas de capital das unidades receptoras. Encontram-se nesta situação as transferências para obras do Pólo de Penela da ETP Sicó, das obras de reabilitação do antigo hospital da Misericórdia, das obras de beneficiação das sedes de associações, da recuperação do património cultural construído, etc. Podemos verificar que houve um acréscimo das transferências correntes concedidas em 50,99% e um decréscimo das transferências de capital concedidas em 28,91%.



Indicadores

Indicadores	2006	2007
Apoios Concedidos a Terceiros/Receitas Totais	15,67%	14,53%
Apoios Concedidos a Terceiros/Despesas Totais	16,14%	14,76%
Apoios Concedidos a Terceiros por Km2	4.640,47 €	5.008,69 €
Apoios Concedidos a Terceiros per Capita	94,86 €	102,39 €

Os apoios concedidos a terceiros representam 14,53% das receitas totais e 14,76% das despesas totais verificando-se um decréscimo de cerca de 1% relativamente ao ano anterior. Podemos ainda verificar que houve um aumento dos apoios concedidos a terceiros por Km2 e, também, per capita.

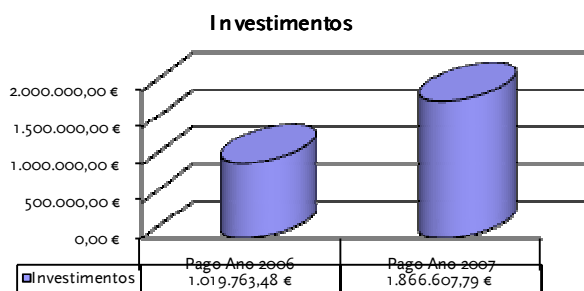
Investimento da Autarquia

Evolução do Investimento

O Investimento inclui as despesas destinadas a aumentar o capital fixo do Município, através da aquisição e construção (incluindo as grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de «capital fixo» ou seja, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, na produção de bens ou serviços sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica.

Quadro - Evolução do Investimento				
Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Var. Abs.	Var (%)
Investimentos	1.019.763,48 €	1.866.607,79 €	846.844,31 €	83,04%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução do investimento de 2006 para 2007.





Houve um aumento do investimento em 846.844,31€, a que corresponde uma variação de cerca de 83,04% do ano 2006 para o de 2007.

Indicadores

Indicadores	2006	2007
Investimento/Receitas Capital	40,60%	49,44%
Investimento/Despesas Capital	38,83%	48,56%
Investimento/Receitas Totais	15,68%	22,16%
Investimento/Despesas Totais	15,68%	22,17%
Investimento por Km2	7.565,01 €	13.847,24 €
Investimento per Capita	154,65 €	283,08 €

Da análise do quadro constatamos que o investimento absorve 22,16% das receitas totais e 22,17% das despesas totais verificando-se um acréscimo de cerca de 5% relativamente ao ano anterior. O investimento absorve 49,44% das receitas de capital e 48,56% das despesas de capital. Podemos ainda verificar que houve um aumento considerável do investimento por Km2 e, também, per capita.



Evolução e Estrutura das Opções do Plano por Objectivos

Não se esgotando a análise económica do desempenho do Município no grau de execução das diversas obras, é inquestionável que esta se afigura indispensável a uma análise sectorial da despesa municipal, como forma de aferir quais os Objectivos e Programas abrangidas pela actividade municipal.

Nos quadros seguintes poderemos observar um resumo dos montantes previstos e executados das Grandes Opções do Plano por objectivo, com as respectivas taxas de execução e peso relativo da execução de cada um no total da despesa inscrita nos documentos previsionais.

Execução das Grandes Opções do Plano 2007								
Objectivo	Dotação Prevista	Montante	% Compromissos	% Compromissos	Montante	% Montante	% Montante	% Montante
	Final	Comprometido	/ Dotação Prevista	/ Total	Realizado	Realizado / Dotação Prevista	Realizado / Montante	Realizado / Total Realizado
01-Educação	911.200,00 €	752.251,69 €	82,56%	8,85%	726.521,55 €	79,73%	96,58%	10,39%
02 - Cultura	1.158.150,00 €	999.395,79 €	86,29%	11,76%	855.594,67 €	73,88%	85,61%	12,24%
03 - Juventude e Desporto	456.000,00 €	418.865,96 €	91,86%	4,93%	417.754,82 €	91,61%	99,73%	5,97%
04 - Saúde e Social	121.500,00 €	119.047,45 €	97,98%	1,40%	105.940,32 €	87,19%	88,99%	1,52%
05 - Planeamento e Urbanismo	1.056.800,00 €	961.093,15 €	90,94%	11,31%	850.088,52 €	80,44%	88,45%	12,16%
06 - Infraestruturas Básicas	2.252.288,00 €	2.116.201,30 €	93,96%	24,91%	1.645.850,05 €	73,07%	77,77%	23,54%
07 - Desenvolvimento Económico	1.994.667,22 €	1.781.203,94 €	89,30%	20,96%	1.165.753,37 €	58,44%	65,45%	16,67%
08 - Ambiente e Protecção Civil	330.700,00 €	295.338,33 €	89,31%	3,48%	293.457,63 €	88,74%	99,36%	4,20%
09 - Associativismo	136.450,00 €	124.996,51 €	91,61%	1,47%	124.996,51 €	91,61%	100,00%	1,79%
10 - Edifícios Municipais	583.000,00 €	513.514,72 €	88,08%	6,04%	416.821,75 €	71,50%	81,17%	5,96%
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	500.553,55 €	414.586,06 €	82,83%	4,88%	389.073,54 €	77,73%	93,85%	5,56%
Total 2007	9.501.308,77 €	8.496.494,90 €	89,42%	100,00%	6.991.852,73 €	73,59%	82,29%	100,00%

Execução das Grandes Opções do Plano 2007							
Objectivo	Montante Pago	% do Montante	% do Montante Pago	% do Montante	% do Montante	Divida	% Divida
	Pago / Dotação	Pago / Dotação	/ Montante	Pago / Montante	Pago / Total		
	Prevista Final	Comprometido	Realizado	Executado			
01-Educação	605.584,84 €	66,46%	80,50%	83,35%	11,39%	120.936,71 €	16,65%
02 - Cultura	794.477,35 €	68,60%	79,50%	92,86%	14,94%	61.117,32 €	7,14%
03 - Juventude e Desporto	388.251,42 €	85,14%	92,69%	92,94%	7,30%	29.503,40 €	7,06%
04 - Saúde e Social	53.605,62 €	44,12%	45,03%	50,60%	1,01%	52.334,70 €	49,40%
05 - Planeamento e Urbanismo	661.755,61 €	62,62%	68,85%	77,85%	12,44%	188.332,91 €	22,15%
06 - Infraestruturas Básicas	1.144.508,55 €	50,82%	54,08%	69,54%	21,52%	501.341,50 €	30,46%
07 - Desenvolvimento Económico	657.699,32 €	32,97%	36,92%	56,42%	12,37%	508.054,05 €	43,58%
08 - Ambiente e Protecção Civil	223.793,90 €	67,67%	75,78%	76,26%	4,21%	69.663,73 €	23,74%
09 - Associativismo	124.996,51 €	91,61%	100,00%	100,00%	2,35%	0,00 €	0,00%
10 - Edifícios Municipais	400.491,35 €	68,69%	77,99%	96,08%	7,53%	16.330,40 €	3,92%
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	262.792,56 €	52,50%	63,39%	67,54%	4,94%	126.280,98 €	32,46%
Total 2007	5.317.957,03 €	55,97%	62,59%	76,06%	100,00%	1.673.895,70 €	23,94%



Da análise dos quadros anteriores podemos verificar quais os montantes e quais as taxas de execução dos objectivos do ponto de vista dos compromissos, das realizações e dos pagamentos efectuados no ano de 2007.

Podemos verificar que o montante comprometido ascende ao valor de 8.496.494,90€ a que corresponde uma taxa de compromisso de 89,42%.

Do ponto de vista da execução de obra realizada e facturada o montante ascende ao valor de 6.991.852,73€ a que corresponde uma taxa de execução de 73,59% relativamente à dotação prevista e de 82,29% relativamente ao montante dos compromissos assumidos.

Do ponto de vista dos pagamentos efectuados o montante ascende ao valor de 5.317.957,03€ a que corresponde uma taxa de pagamentos de 55,97% relativamente à dotação prevista, de 62,59% relativamente aos compromissos assumidos e de 76,06% relativamente à obra realizada e facturada.

Do ponto de vista da dívida a terceiros o valor ascende a 1.673.895,70€ à qual corresponde uma taxa de 23,94% relativamente à obra realizada e facturada.

Em conclusão, podemos verificar que, em termos de compromissos assumidos com terceiros, e de obra adjudicada, a taxa de execução é elevada faltando comprometer apenas 10,58%. A taxa de execução de obra realizada e facturada relativamente aos compromissos assumidos é muito boa uma vez que 82,29% da obra comprometida se encontra realizada e, nesta altura, facturada. A taxa de execução dos pagamentos relativamente à obra facturada é de 76,06% e, a taxa relativa à dívida a terceiros é de 23,94%.

De seguida apresentamos um resumo da execução do Plano Plurianual de Investimentos por Objectivo:

Execução do Plano Plurianual Investimentos 2007								
Objectivo	Dotação Prevista	Montante	% Compromissos	% Compromissos	Montante	% Montante	% do Montante	% Montante
	Final	Comprometido	/ Dotação Prevista	/ Total	Realizado	Realizado / Dotação Prevista	Realizado / Montante	Realizado / Total Realizado
01-Educação	244.850,00 €	146.110,69 €	59,67%	2,45%	145.381,19 €	59,38%	99,50%	3,17%
02 - Cultura	758.400,00 €	701.845,36 €	92,54%	11,78%	570.986,83 €	75,29%	81,36%	12,44%
03 - Juventude e Desporto	232.750,00 €	213.721,82 €	91,82%	3,59%	213.721,82 €	91,82%	100,00%	4,66%
04 - Saúde e Social	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
05 - Planeamento e Urbanismo	936.800,00 €	856.503,87 €	91,43%	14,37%	771.034,14 €	82,31%	90,02%	16,80%
06 - Infraestruturas Básicas	2.168.700,00 €	2.040.291,89 €	94,08%	34,23%	1.570.512,00 €	72,42%	76,97%	34,22%
07 - Desenvolvimento Económico	1.349.853,00 €	1.253.827,17 €	92,89%	21,04%	679.178,73 €	50,32%	54,17%	14,80%
08 - Ambiente e Protecção Civil	55.500,00 €	38.889,81 €	70,07%	0,65%	37.145,84 €	66,93%	95,52%	0,81%
09 - Associativismo	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%
10 - Edifícios Municipais	574.500,00 €	507.600,48 €	88,36%	8,52%	411.501,92 €	71,63%	81,07%	8,97%
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	269.000,00 €	201.053,50 €	74,74%	3,37%	189.554,71 €	70,47%	94,28%	4,13%
Total 2007	6.590.353,00 €	5.959.844,59 €	90,43%	100,00%	4.589.017,18 €	69,63%	77,00%	100,00%



Execução do Plano Plurianual Investimentos 2007							
Objectivo	Montante Pago	% do Montante Pago / Dotação Prevista Final	% do Montante Pago / Montante Comprometido	% do Montante Pago / Montante Realizado	% do Montante Pago / Total Executado	Dívida	% Dívida
01-Educação	121.229,90 €	49,51%	82,97%	83,39%	3,55%	24.151,29 €	16,61%
02 - Cultura	536.617,74 €	70,76%	76,46%	93,98%	15,73%	34.369,09 €	6,02%
03 - Juventude e Desporto	196.066,07 €	84,24%	91,74%	91,74%	5,75%	17.655,75 €	8,26%
04 - Saúde e Social	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00%
05 - Planeamento e Urbanismo	591.039,16 €	63,09%	69,01%	76,66%	17,33%	179.994,98 €	23,34%
06 - Infraestruturas Básicas	1.088.711,71 €	50,20%	53,36%	69,32%	31,92%	481.800,29 €	30,68%
07 - Desenvolvimento Económico	308.334,08 €	22,84%	24,59%	45,40%	9,04%	370.844,65 €	54,60%
08 - Ambiente e Protecção Civil	17.067,94 €	30,75%	43,89%	45,95%	0,50%	20.077,90 €	54,05%
09 - Associativismo	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00%
10 - Edifícios Municipais	399.220,12 €	69,49%	78,65%	97,02%	11,71%	12.281,80 €	2,98%
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	152.134,64 €	56,56%	75,67%	80,26%	4,46%	37.420,07 €	19,74%
Total 2007	3.410.421,36 €	51,75%	57,22%	74,32%	100,00%	1.178.595,82 €	25,68%

Da análise dos quadros anteriores podemos verificar que o montante comprometido ascende ao valor de 5.959.844,59€ a que corresponde uma taxa de compromisso de 90,43%.

Do ponto de vista da execução de obra realizada e facturada o montante ascende ao valor de 4.589.017,18€ a que corresponde uma taxa de execução de 69,63% relativamente à dotação prevista e de 77,00% relativamente ao montante dos compromissos assumidos.

Do ponto de vista dos pagamentos efectuados o montante ascende ao valor de 3.410.421,36€ a que corresponde uma taxa de pagamentos de 51,75% relativamente à dotação prevista, de 57,22% relativamente aos compromissos assumidos e de 74,32% relativamente à obra realizada e facturada.

Do ponto de vista da dívida a terceiros o valor ascende a 1.178.595,82€ à qual corresponde uma taxa de 25,68% relativamente à obra realizada e facturada.

Em conclusão, podemos verificar que, em termos de compromissos assumidos com terceiros, e de obra adjudicada, a taxa de execução é elevada faltando comprometer apenas 9,57%.

A taxa de execução de obra realizada e facturada relativamente aos compromissos assumidos é muito boa uma vez que 77,00% da obra comprometida se encontra realizada e, nesta altura, facturada.

A taxa de execução dos pagamentos relativamente à obra facturada é de 74,32% e, a taxa relativa à dívida a terceiros é de 25,68%.



De seguida apresentamos um resumo da execução das Actividades mais relevantes por objectivos:

Execução das Actividades Mais Relevantes 2007								
Objectivo	Dotação Prevista	Montante	% Compromissos	% Compromissos	Montante	% Montante	% do Montante	% Montante
	Final	Comprometido	/ Dotação Prevista	/ Total	Realizado	Realizado / Dotação Prevista	Realizado / Montante	Realizado / Total Realizado
01-Educação	666.350,00 €	606.141,00 €	90,96%	23,90%	581.140,36 €	87,21%	95,88%	24,19%
02 - Cultura	399.750,00 €	297.550,43 €	74,43%	11,73%	284.607,84 €	71,20%	95,65%	11,84%
03 - Juventude e Desporto	223.250,00 €	205.144,14 €	91,89%	8,09%	204.033,00 €	91,39%	99,46%	8,49%
04 - Saúde e Social	121.500,00 €	119.047,45 €	97,98%	4,69%	105.940,32 €	87,19%	88,99%	4,41%
05 - Planeamento e Urbanismo	120.000,00 €	104.589,28 €	87,16%	4,12%	79.054,38 €	65,88%	75,59%	3,29%
06 - Infraestruturas Básicas	83.588,00 €	75.909,41 €	90,81%	2,99%	75.338,05 €	90,13%	99,25%	3,14%
07 - Desenvolvimento Económico	644.814,22 €	527.376,77 €	81,79%	20,79%	486.574,64 €	75,46%	92,26%	20,25%
08 - Ambiente e Protecção Civil	275.200,00 €	256.448,52 €	93,19%	10,11%	256.311,79 €	93,14%	99,95%	10,67%
09 - Associativismo	136.450,00 €	124.996,51 €	91,61%	4,93%	124.996,51 €	91,61%	100,00%	5,20%
10 - Edifícios Municipais	8.500,00 €	5.914,24 €	69,58%	0,23%	5.319,83 €	62,59%	89,95%	0,22%
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	231.553,55 €	213.532,56 €	92,22%	8,42%	199.518,83 €	86,17%	93,44%	8,30%
Total 2007	2.910.955,77 €	2.536.650,31 €	87,14%	100,00%	2.402.835,55 €	82,54%	94,72%	100,00%

Execução das Actividades Mais Relevantes 2007							
Objectivo	Montante Pago	% do Montante	% do Montante Pago	% do Montante	% do Montante	Divida	% Divida
	Pago / Dotação	Pago / Dotação	/ Montante	Pago / Montante	Pago / Total		
	Prevista Final	Comprometido	Realizado	Executado			
01-Educação	484.354,94 €	72,69%	79,91%	83,35%	25,39%	96.785,42 €	16,65%
02 - Cultura	257.859,61 €	64,51%	86,66%	90,60%	13,52%	26.748,23 €	9,40%
03 - Juventude e Desporto	192.185,35 €	86,09%	93,68%	94,19%	10,08%	11.847,65 €	5,81%
04 - Saúde e Social	53.605,62 €	44,12%	45,03%	50,60%	2,81%	52.334,70 €	49,40%
05 - Planeamento e Urbanismo	70.716,45 €	58,93%	67,61%	89,45%	3,71%	8.337,93 €	10,55%
06 - Infraestruturas Básicas	55.796,84 €	66,75%	73,50%	74,06%	2,93%	19.541,21 €	25,94%
07 - Desenvolvimento Económico	349.365,24 €	54,18%	66,25%	71,80%	18,32%	137.209,40 €	28,20%
08 - Ambiente e Protecção Civil	206.725,96 €	75,12%	80,61%	80,65%	10,84%	49.585,83 €	19,35%
09 - Associativismo	124.996,51 €	91,61%	100,00%	100,00%	6,55%	0,00 €	0,00%
10 - Edifícios Municipais	1.271,23 €	14,96%	21,49%	23,90%	0,07%	4.048,60 €	76,10%
11 - Cons. e Aprov. Serv. Municipais	110.657,92 €	47,79%	51,82%	55,46%	5,80%	88.860,91 €	44,54%
Total 2007	1.907.535,67 €	65,53%	75,20%	79,39%	100,00%	495.299,88 €	20,61%

Da análise dos quadros anteriores podemos verificar que o montante comprometido ascende ao valor de 2.536.650,31€ a que corresponde uma taxa de compromisso de 87,14%.

Do ponto de vista da execução de obra realizada e facturada o montante ascende ao valor de 2.402.835,55€ a que corresponde uma taxa de execução de 82,54% relativamente à dotação prevista e de 94,72% relativamente ao montante dos compromissos assumidos.



Do ponto de vista dos pagamentos efectuados o montante ascende ao valor de 1.907.535,67€ a que corresponde uma taxa de pagamentos de 65,53% relativamente à dotação prevista, de 75,20% relativamente aos compromissos assumidos e de 79,39% relativamente à obra realizada e facturada.

Do ponto de vista da dívida a terceiros o valor ascende a 495.299,88€ à qual corresponde uma taxa de 20,61% relativamente à obra realizada e facturada.

Em conclusão, podemos verificar que, em termos de compromissos assumidos com terceiros, e de obra adjudicada, a taxa de execução é elevada faltando comprometer apenas 12,86%.

A taxa de execução de obra realizada e facturada relativamente aos compromissos assumidos é muito boa uma vez que 94,72% da obra comprometida se encontra realizada e, nesta altura, facturada.

A taxa de execução dos pagamentos relativamente à obra facturada é de 79,39% e, a taxa relativa à dívida a terceiros é de 20,61%.



Cumprimentos Legais na Despesa

Cumprimento dos limites legais das despesas autárquicas com pessoal

De acordo com o disposto no artigo 10º do Decreto-lei nº 116/84, de 6 de Abril, com a redacção da lei nº 44/85, de 13 de Setembro, as despesas efectuadas com o pessoal não podem ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respectivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em qualquer outra situação não podem ultrapassar 25% dos 60% supra citados.

Conforme definido pelo SATAPOCAL e, por observação ao classificador das despesas públicas definido pelo Decreto-lei nº 26/2005 de 14 de Fevereiro, relevam para o limite as despesas pagas pelo sub-agrupamento 01.01 – “Remunerações certas e Permanentes”, excluindo-se portanto, as despesas pagas pelos sub-agrupamentos 01.02 – “Abonos variáveis ou eventuais” e “0103 – “Segurança Social”.

Conforme se pode verificar pelos quadros abaixo mencionados o Município de Penela cumpre os limites mencionados uma vez que a capacidade de despesas com o pessoal do quadro utilizada foi de 44,86% e com o pessoal em qualquer outra situação foi de 88,33%.

Limite dos encargos com pessoal do quadro

Despesas c/ Pessoal do quadro	60% das receitas correntes do ano anterior	Capacidade de Despesas com Pessoal do quadro utilizada (%)	Capacidade de Despesas com Pessoal do quadro por utilizar (%)
1.074.349,45 €	2.394.777,56 €	44,86%	55,14%

Limite dos encargos com pessoal em qualquer outra situação

Despesas c/ Pessoal Fora do Quadro	25% dos limites definidos para despesas c/ o pessoal do quadro	Capacidade de Despesas c/ Pessoal Fora do Quadro (%)	Capacidade de Despesas com Pessoal Fora do Quadro por Utilizar (%)
528.817,76 €	598.694,39 €	88,33%	11,67%



Cumprimento do limite da capacidade de endividamento

O n.º 1 do artigo 37º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) estabelece que “O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.”

Os n.º 1 e 2 do artigo 39º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro estabelecem que “O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior” e que “o montante em dívida de cada município referente a empréstimos de médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do art.º 19º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.”

Os n.º 5 e 6 do mesmo artigo estabelecem quais os empréstimos que podem excepcionar-se do limite previsto do n.º 2 e são eles: os empréstimos e as amortizações destinados ao financiamento de programas de reabilitação urbana, os empréstimos e amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários, desde que o montante máximo do crédito não exceda 75 % do montante da participação pública nacional necessária para a execução dos projectos co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) ou pelo Fundo de Coesão e os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de investimentos na recuperação de infra-estruturas municipais afectadas por situações de calamidade pública.

Atendendo ao exposto, a capacidade de endividamento do município à luz da lei das Finanças locais é a que consta do quadro seguinte:



1	Imposto Municipal s/ Imóveis	251.439,19 €
	Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	222.900,17 €
	Imposto Municipal s/ Veículos	57.723,03 €
	Contribuição Autárquica	251,24 €
	SISA	1.635,43 €
	Derrama	0,00 €
	Participação Lucros Empresas	0,00 €
	Fundos Municipais	3.733.094,00 €
	Total (R)	4.267.043,06 €
2	Limite Empréstimos Curto Prazo (10% de R)	426.704,31 €
3	Limite Empréstimos M/L Prazo (100% de R)	4.267.043,06 €
4	Limite Endividamento Líquido Total (125% de R)	5.333.803,83 €
5	Capital em Dívida M/L Prazo	3.888.901,01 €
6	Endividamento Líquido	5.217.946,33 €
7	Empréstimos M/L Prazo Excepcionados (a)	338.408,34 €
8 = 5 - 7	Capital em Dívida M/L Prazo p/ Endividamento	3.550.492,67 €
9 = 6 - 7	Endividamento Líquido Total a Considerar p/ Endividamento	4.879.537,99 €
10 = 8 - 3	Excesso de Endividamento a M/L Prazo	0,00 €
11 = 9 - 4	Excesso de Endividamento Total	0,00 €
12 = 3 - 8	Capacidade de Endividamento a M/L Prazo Disponível	716.550,39 €
13 = 4 - 9	Capacidade de Endividamento Total Disponível	454.265,84 €
14	Capacidade de Endividamento a M/L Prazo Disponível (%)	16,79%
15	Capacidade de Endividamento Total Disponível (%)	8,52%

Da análise do quadro podemos verificar que o Município cumpre os limites mencionados uma vez que utilizou 83,21% da sua capacidade de endividamento a médio e longo prazo pelo que ainda tem disponíveis 16,79%.

Relativamente ao endividamento o Município utilizou 91,48% da sua capacidade de endividamento pelo que ainda tem disponíveis 8,52%.



Análise Económico-financeira

Como é óbvio as funções e finalidades de uma autarquia divergem das funções e das finalidades de uma empresa, no entanto, as autarquias intervêm no mercado e influenciam a economia nacional através da concorrência directa e/ou indirecta com o sector privado. As empresas privadas cada vez mais incorporam na sua finalidade natural para além da maximização do lucro, objectivos de natureza social.

As autarquias locais e as empresas privadas cruzam-se em diversos segmentos da actividade económica, seja de forma cooperativa ou concorrencial. Uma autarquia visa maximizar a satisfação de um vasto leque de necessidades sociais, consideradas prioritárias dos munícipes, estando completamente afastado o conceito de lucro económico ou financeiro na imensa maioria das suas actividades.

Assim, enquanto as empresas privadas têm como objectivo fundamental a maximização do lucro e objectivo acessório o bem-estar social dos seus trabalhadores, as autarquias locais, por sua vez, têm como objectivo fundamental a satisfação das necessidades prioritárias dos munícipes e, como objectivo acessório a obtenção do lucro (não necessariamente o máximo) nas suas actividades comerciais ou para comerciais.

De referir ainda que enquanto uma empresa deve auto-sustentar-se e crescer em função dos ganhos gerados pela sua produtividade e pela qualidade concorrencial da sua gestão, uma autarquia local é fortemente subsidiada a montante (OE e Fundos Comunitários) de modo a proporcionar a jusante, por sua vez, subsídios e inúmeras actividades sociais, culturais e infra-estruturas para as quais não são suficientes os proveitos gerados em determinadas actividades comerciais.

Enquanto a execução orçamental reflecte as receitas e as despesas de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração dos Resultados espelham a actividade do Município ao nível patrimonial, isto é, demonstram os seus direitos e obrigações.



Situação Patrimonial

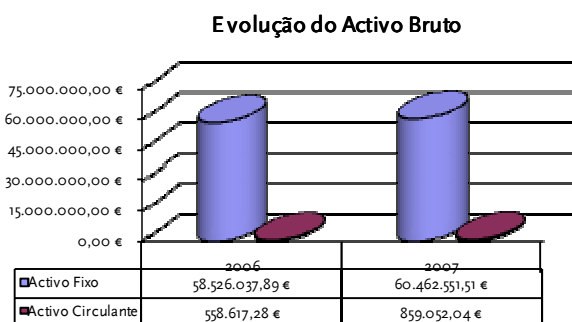
Balanço

O Balanço fornece uma imagem do Município num dado momento do tempo, 31 de Dezembro de 2007, mostrando os activos do Município (o que possui), os passivos (o que está em dívida) e os capitais próprios.

Estrutura do Activo Bruto e Sua Evolução

Quadro - Evolução do Activo Bruto				
Descrição	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Activo Fixo	58.526.037,89 €	60.462.551,51 €	1.936.513,62 €	3,31%
Bens de Domínio Público	39.474.911,49 €	40.532.307,58 €	1.057.396,09 €	2,68%
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizações Corpóreas	18.903.154,75 €	19.782.272,28 €	879.117,53 €	4,65%
Investimentos Financeiros	147.971,65 €	147.971,65 €	0,00 €	0,00%
Activo Circulante	558.617,28 €	859.052,04 €	300.434,76 €	53,78%
Existências	1.364,48 €	2.374,29 €	1.009,81 €	74,01%
Dívidas de Terceiros ML/ Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Dívidas de Terceiros C/ Prazo	323.619,79 €	588.975,64 €	265.355,85 €	82,00%
Titulos Negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos Instituições e Caixa	233.633,01 €	267.702,11 €	34.069,10 €	14,58%
Acréscimos e Diferimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Activo Total	59.084.655,17 €	61.321.603,55 €	2.236.948,38 €	3,79%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica do quadro acima referido.





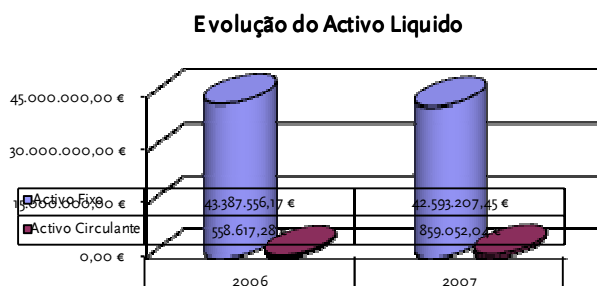
A estrutura do Activo Bruto Total no final de 2007 teve um aumento de 3,79% ao qual corresponde o valor absoluto de 2.236.948,38€.

O Activo Fixo teve um aumento de 3,31% ao qual corresponde o valor absoluto de 1.936.513,62€. Na sua estrutura verifica-se um aumento das imobilizações dos bens de domínio público e das imobilizações corpóreas nas percentagens de 2,68% e 4,65% à qual corresponde o valor de 1.057.396,09€ e 879.117,53€ respectivamente.

Estrutura do Activo Liquido e Sua Evolução

Quadro - Evolução do Activo Liquido				
Descrição	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Activo Fixo	43.387.556,17 €	42.593.207,45 €	-794.348,72 €	-1,83%
Bens de Domínio Público	27.484.666,46 €	26.421.936,39 €	-1.062.730,07 €	-3,87%
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Imobilizações Corpóreas	15.754.918,06 €	16.023.299,41 €	268.381,35 €	1,70%
Investimentos Financeiros	147.971,65 €	147.971,65 €	0,00 €	0,00%
Activo Circulante	558.617,28 €	859.052,04 €	300.434,76 €	53,78%
Existências	1.364,48 €	2.374,29 €	1.009,81 €	74,01%
Dívidas de Terceiros ML/ Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Dívidas de Terceiros C/ Prazo	323.619,79 €	588.975,64 €	265.355,85 €	82,00%
Titulos Negociáveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Depósitos Instituições e Caixa	233.633,01 €	267.702,11 €	34.069,10 €	14,58%
Acréscimos e Diferimentos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Activo Total	43.946.173,45 €	43.452.259,49 €	-493.913,96 €	-1,12%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica do quadro acima referido.





A estrutura do Activo Liquido Total no final de 2007 teve um decréscimo de 1,12% ao qual corresponde o valor absoluto de 493.913,96€.

O Activo Fixo teve um decréscimo de 1,83% ao qual corresponde o valor absoluto de 794.348,72€. Na sua estrutura verifica-se uma diminuição de 3,87% das imobilizações dos bens de domínio público, que se deve ao elevado valor de amortizações acumuladas, e um aumento das imobilizações corpóreas na percentagens de 1,70%.

O Activo Circulante teve um aumento de 53,78% ao qual corresponde o valor absoluto de 300.434,76€. Na sua estrutura verifica-se um aumento das existências, das dívidas de terceiros de curto prazo e dos depósitos em instituições financeiras e caixa nas percentagens de 74,01%, 82,00% e 14,58% respectivamente.

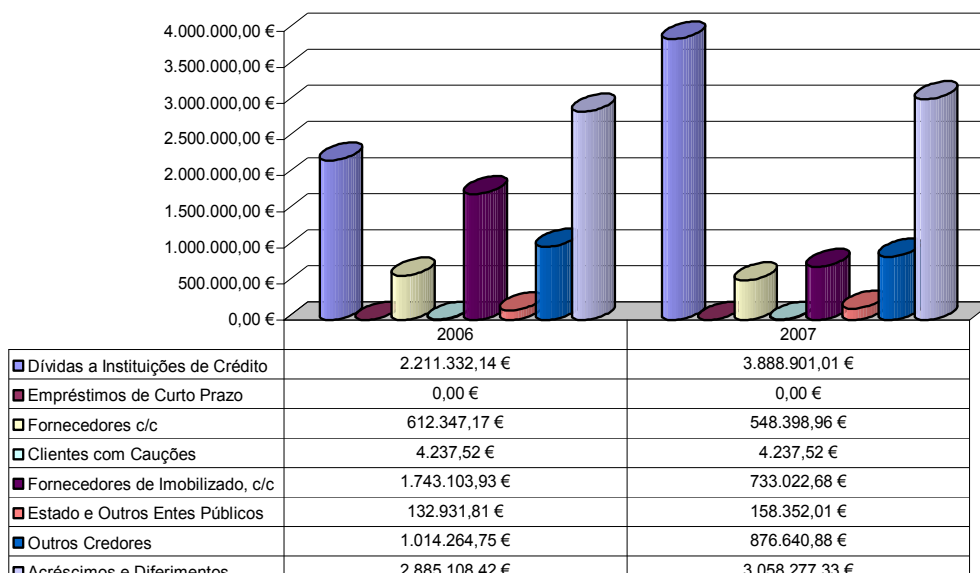
Estrutura do Passivo e Sua Evolução

Quadro - Estrutura do Passivo				
Descrição	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	2.211.332,14 €	3.888.901,01 €	1.677.568,87 €	75,86%
Dívidas a Instituições de Crédito	2.211.332,14 €	3.888.901,01 €	1.677.568,87 €	75,86%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	3.506.885,18 €	2.320.652,05 €	-1.186.233,13 €	-33,83%
Empréstimos de Curto Prazo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Fornecedores c/c	612.347,17 €	548.398,96 €	-63.948,21 €	-10,44%
Clientes com Cauções	4.237,52 €	4.237,52 €	0,00 €	0,00%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	1.743.103,93 €	733.022,68 €	-1.010.081,25 €	-57,95%
Estado e Outros Entes Públicos	132.931,81 €	158.352,01 €	25.420,20 €	19,12%
Outros Credores	1.014.264,75 €	876.640,88 €	-137.623,87 €	-13,57%
Acréscimos e Diferimentos	2.885.108,42 €	3.058.277,33 €	173.168,91 €	6,00%
Passivo Total	8.603.325,74 €	9.267.830,39 €	664.504,65 €	7,72%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução do passivo.



Estrutura do Passivo

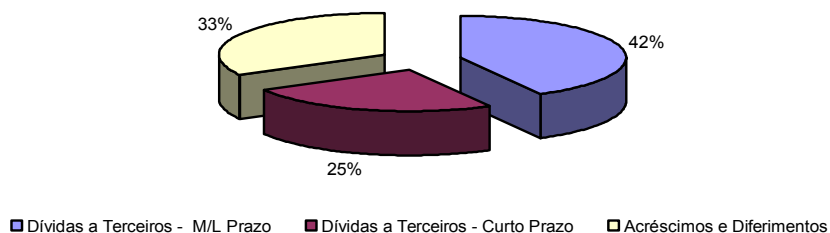


Da análise dos dados e do gráfico verificamos que no ano 2007, houve um aumento das dívidas a terceiros a médio e longo prazo, mais especificamente com as Instituições de Crédito, em 75,86% ao qual corresponde o valor absoluto de 1.677.568,87€.

No curto prazo verifica-se um decréscimo de 33,83% ao qual corresponde o valor de 1.186.233,13€.

Por último, a rubrica dos acréscimos e diferimentos também regista um aumento de cerca de 6% ao qual corresponde o valor de 173.168,91€. Este acréscimo deve-se ao facto de se encontrarem aqui registados os Proveitos Diferidos. De salientar que, segundo o princípio da especialização (ou do acréscimo) os subsídios ao investimento (FEDER, Contratos Programa e Contratos de Modernização Administrativa) só serão considerados proveitos dos exercícios de acordo com a quota-parte da amortização dos bens objecto de financiamento.

O passivo total apresenta um acréscimo de 7,72% ao qual corresponde o valor absoluto de 664.504,65€.



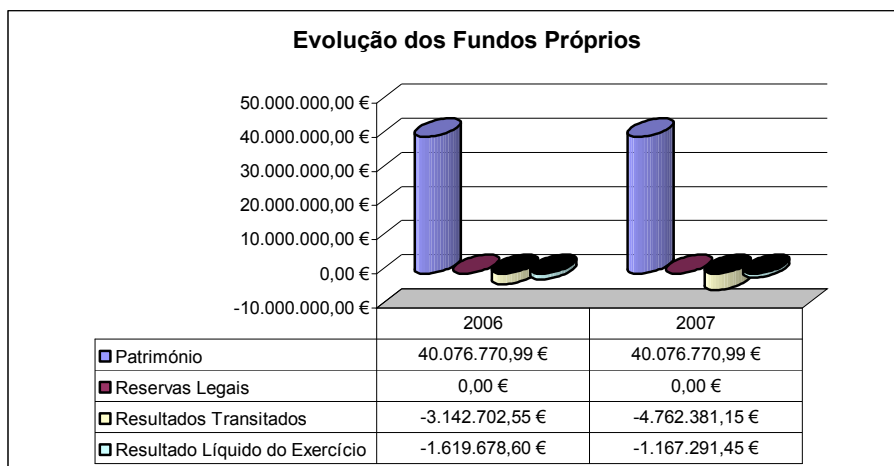


Da análise do gráfico podemos contactar que os acréscimos e diferimentos representam cerca de 33% do passivo total, as dívidas a médio e longo prazo representam cerca de 42% e as dívidas a terceiros de curto prazo representam cerca de 25%.

Estrutura dos Fundos Próprios

Quadro - Estrutura dos Fundos Próprios				
Descrição	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Património	40.076.770,99 €	40.076.770,99 €	0,00 €	0,00%
Reservas Legais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Resultados Transitados	-3.142.702,55 €	-4.762.381,15 €	-1.619.678,60 €	51,54%
Resultado Líquido do Exercício	-1.619.678,60 €	-1.167.291,45 €	452.387,15 €	-27,93%
Fundos Próprios	35.314.389,84 €	34.147.098,39 €	-1.167.291,45 €	-3,31%

Poderemos ver de seguida uma representação gráfica da evolução dos fundos próprios.



A variação verificada nos Fundos Próprios deve-se à transferência do Resultado Líquido do ano anterior para Resultados Transitados e ao apuramento do Resultado Líquido do Exercício de 2007, cujo montante ascende a 1.167.291,45€ negativos. Como poderemos verificar mais à frente, o resultado líquido do exercício de 2007 apresenta um valor negativo devido ao elevado montante de amortizações do exercício.



Demonstração dos Resultados

A demonstração de resultados apresenta por um lado todos os custos e perdas que a autarquia suporta na sua actividade, representando as diminuições dos fundos próprios decorrentes da actividade autárquica e, por outro, os proveitos e ganhos que a autarquia obtém na sua actividade, representando os aumentos dos fundos próprios decorrentes da actividade autárquica. O Município encerra as suas contas referentes ao ano económico de 2007, com um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 1.167.291,45€.

Resultados Operacionais

Comparando os proveitos operacionais com os custos operacionais constatamos a existência de um resultado operacional no valor de 1.929.310,17€ negativo.

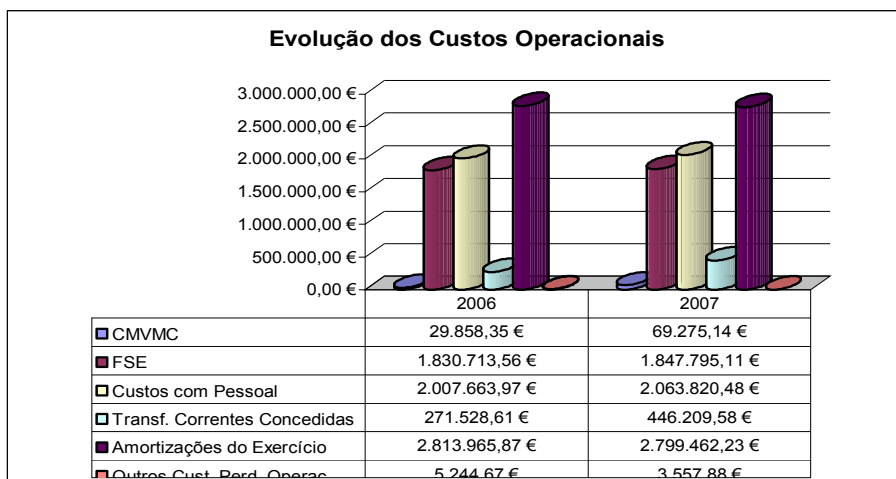
Custos e Perdas Operacionais

Quadro - Evolução dos Custos e Perdas Operacionais				
Designação	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
CMVMC	29.858,35 €	69.275,14 €	39.416,79 €	132,01%
FSE	1.830.713,56 €	1.847.795,11 €	17.081,55 €	0,93%
Custos com Pessoal	2.007.663,97 €	2.063.820,48 €	56.156,51 €	2,80%
Transf. Correntes Concedidas	271.528,61 €	446.209,58 €	174.680,97 €	64,33%
Amortizações do Exercício	2.813.965,87 €	2.799.462,23 €	-14.503,64 €	-0,52%
Outros Cust. Perd. Operac.	5.244,67 €	3.557,88 €	-1.686,79 €	-32,16%
Total dos Custos Operacionais	6.958.975,03 €	7.230.120,42 €	271.145,39 €	3,90%

Da análise do quadro anterior podemos verificar um rigor e controlo dos custos resultantes da actividade normal do município uma vez que os acréscimos verificados nas rubricas de fornecimentos e serviços externos ficaram aquém da taxa de inflação e os custos com o pessoal, apesar do acréscimo verificado com os aumentos dos vencimentos (2,1%) e com os encargos sociais nomeadamente para a caixa geral de aposentações que passou de 13% para 15%, apenas cresceram 2,8%. As amortizações do exercício que registam a depreciação das imobilizações corpóreas, incorpóreas e dos bens de domínio público apesar de diminuírem em termos quantitativos continuam a apresentar um valor elevado influenciando negativamente os resultados operacionais do exercício 2007.



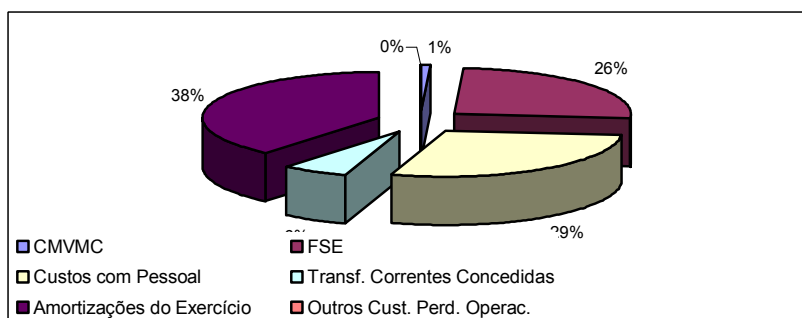
Poderemos ver, no gráfico seguinte, a evolução dos custos e perdas operacionais.



Da análise dos dados apresentados verificamos que os custos e perdas operacionais apresentam um acréscimo de 3,90% ao qual corresponde o valor de 271.145,39€.

Podemos também verificar um ligeiro aumento nos fornecimentos e serviços externos e nas despesas com pessoal pelo que se pode concluir que existiu rigor e controlo nas actividades operacionais desenvolvidas pelo município ao longo do ano de 2007. As amortizações do exercício tiveram um ligeiro decréscimo, no entanto, o seu valor corresponde a cerca de 38% do total dos custos operacionais pelo que é esta a principal razão do resultado líquido do exercício apresentar um valor negativo.

No gráfico seguinte podemos verificar que as amortizações do exercício representam cerca de 38% do total dos custos operacionais, os custos com pessoal representam cerca de 29%, os fornecimentos e serviços externos representam cerca de 26%, as transferências correntes concedidas representam cerca de 6% e os outros custos e perdas operacionais representam cerca de 1%.

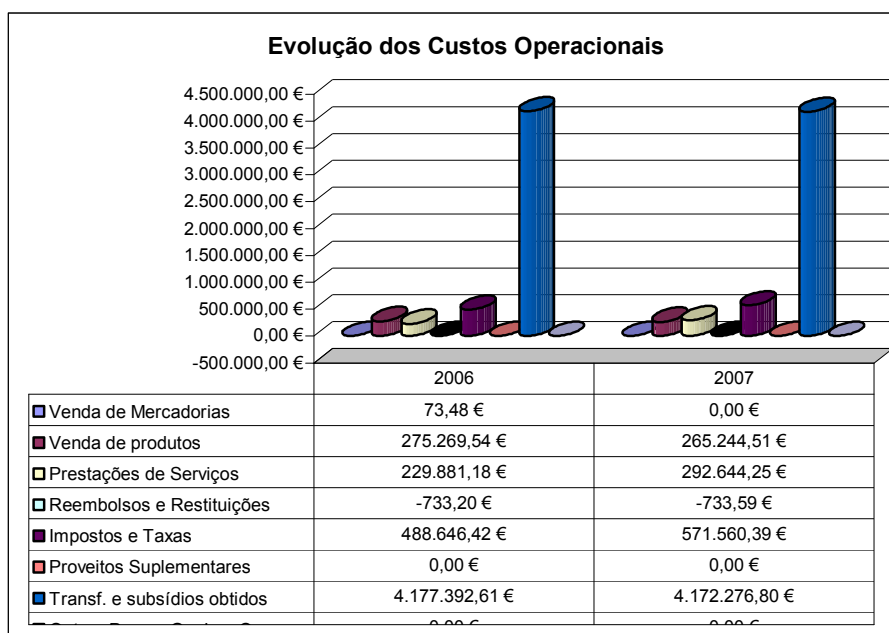




Proveitos e Ganhos Operacionais

Quadro - Evolução dos Proveitos e Ganhos Operacionais				
Designação	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Venda de Mercadorias	73,48 €	0,00 €	-73,48 €	-100,00%
Venda de produtos	275.269,54 €	265.244,51 €	-10.025,03 €	-3,64%
Prestações de Serviços	229.881,18 €	292.644,25 €	62.763,07 €	27,30%
Reembolsos e Restituições	-733,20 €	-733,59 €	-0,39 €	0,05%
Impostos e Taxas	488.646,42 €	571.560,39 €	82.913,97 €	16,97%
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Transf. e subsídios obtidos	4.177.392,61 €	4.172.276,80 €	-5.115,81 €	-0,12%
Outros Prov. e Ganhos Operac.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
Total Proveitos e Ganhos Operac.	5.170.530,03 €	5.300.992,36 €	130.462,33 €	2,52%

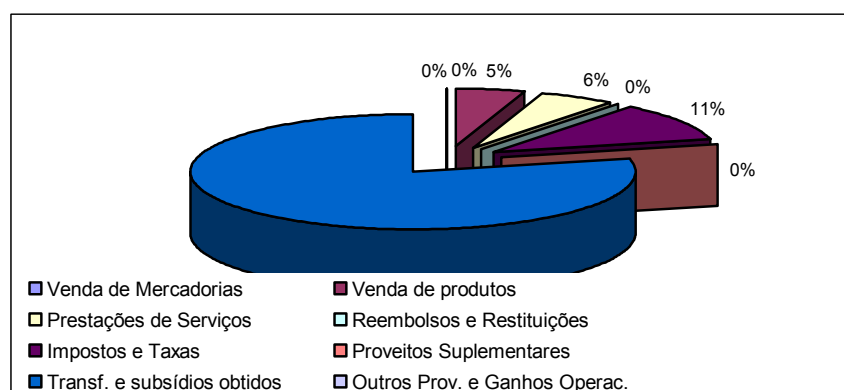
Poderemos ver, no gráfico seguinte, a evolução dos proveitos e ganhos operacionais.



Os proveitos e ganhos operacionais registaram um aumento em termos absolutos de 130.462,33€ a que corresponde um aumento percentual de 2,52%. O maior aumento verificado foi na prestação de serviços que atingiu a percentagem de 27,30% seguido dos impostos e taxas com a percentagem de 16,97%. As vendas de mercadorias, venda de produtos e a transferência e subsídios obtidos registaram um ligeiro decréscimo.



Atendendo à estrutura destes proveitos e ganhos verifica-se que as transferências e subsídios obtidos representam cerca de 78% do total dos proveitos e ganhos operacionais o que significa que o Município tem uma elevada dependência relativamente às transferências do Orçamento do Estado. Os impostos e taxas representam cerca de 11%, as prestações de serviços representam cerca de 6% e a venda de produtos representa cerca de 5%.



Resultados Financeiros

Em 2007, os Resultados Financeiros apresentam um valor de 118.999,89€ sendo responsáveis por este valor o aumento dos outros proveitos e ganhos financeiros.

Custos e Perdas Financeiros

Quadro - Evolução dos Custos e Perdas Financeiras				
Designação	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Juros Suportados	55.976,31 €	138.311,50 €	82.335,19 €	147,09%
Outros Custos e Perdas Financ.	184,13 €	1.201,69 €	1.017,56 €	552,63%
Total dos Custos Financeiros	56.160,44 €	139.513,19 €	83.352,75 €	148,42%

Os custos financeiros registaram um aumento percentual de cerca de 148,42%, ao qual corresponde o valor de 83.352,75€, e resultam, fundamentalmente, dos juros suportados com os empréstimos de médio e longo prazo.



Proveitos e Ganhos Financeiros

Quadro - Evolução dos Proveitos e Ganhos Financeiros				
Designação	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Juros Obtidos	0,00 €	2.124,46 €	2.124,46 €	100,00%
Rendimentos de Imóveis	16.183,27 €	17.695,24 €	1.511,97 €	9,34%
Rendimentos Particip. Capital	593,40 €	0,00 €	-593,40 €	-100,00%
Outros Prov. e Ganhos Financ.	186.027,48 €	238.693,38 €	52.665,90 €	28,31%
Total dos Prov. e Ganhos Financ.	202.804,15 €	258.513,08 €	55.708,93 €	27,47%

Os Proveitos e Ganhos Financeiros registaram um aumento percentual de 27,47% ao qual corresponde o valor de 55.708,93€. Poderemos verificar que houve um aumento dos juros obtidos, dos rendimentos de imóveis e dos outros proveitos e ganhos financeiros onde são registados as rendas de concessão da EDP bem como os rendimentos financeiros dos parques eólicos e uma diminuição dos rendimentos de participações de capital.

Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários apresentam um valor positivo de 643.018,83€. que se deve essencialmente ao aumento dos outros proveitos e ganhos extraordinários.

Custos e Perdas Extraordinárias

Quadro - Evolução dos Custos e Perdas Extraordinários				
Designação	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Transf. Capital Concedidas	218.730,97 €	279.696,95 €	60.965,98 €	27,87%
Perdas em Existências	2.452,82 €	0,00 €	-2.452,82 €	-100,00%
Perdas em Imobilizações	155.282,93 €	22.567,57 €	-132.715,36 €	-85,47%
Multas e Penalidades	581,94 €	2.538,00 €	1.956,06 €	336,13%
Corr. Relativas a Anos Anteriores	162,49 €	0,00 €	-162,49 €	-100,00%
Outros Custos e Perdas Extraord.	9.464,53 €	5.568,31 €	-3.896,22 €	-41,17%
Total Custos e Perdas Extraord.	386.675,68 €	310.370,83 €	-76.304,85 €	-19,73%

As transferências de capital concedidas essencialmente para as Freguesias através da celebração de protocolos, para as Associações concelhias e para a ETP Sicó tiveram um aumento em cerca de 27,87% e,



as perdas em imobilizações tiveram uma diminuição de 85,47% pelo que, relativamente aos custos e perdas extraordinários se verifica um decréscimo de 19,73% ao qual corresponde o valor de 76.304,85€.

Proveitos e Ganhos Extraordinários

Quadro - Evolução dos Proveitos e Ganhos Extraordinários				
Designação	2006	2007	Var. Abs.	Var (%)
Ganhos em Existências	2.452,82 €	2.164,58 €	-288,24 €	-11,75%
Ganhos em Imobilizações	61.085,85 €	196.969,89 €	135.884,04 €	222,45%
Benefícios de Penal. Contratuais	2.775,78 €	4.168,66 €	1.392,88 €	50,18%
Reduções de Amort. e Provisões	0,00 €	88,78 €	88,78 €	100,00%
Correcções Rel. a Anos Anteriores	0,00 €	133,32 €	133,32 €	100,00%
Outros Prov. e Ganhos Extraord.	366.110,28 €	749.864,43 €	383.754,15 €	104,82%
Total Prov. e Ganhos Extraord.	432.424,73 €	953.389,66 €	520.964,93 €	120,48%

Os proveitos e ganhos extraordinários registam um acréscimo de 120,48% que se deve essencialmente ao aumento dos outros proveitos e ganhos extraordinários, onde se registam os subsídios recebidos para o investimento de acordo com a quota-parte das amortizações dos bens que tiveram financiamento bem como das receitas provenientes dos parques eólicos e ao aumento dos ganhos em imobilizações resultante da alienação de terrenos na Camela.



Proposta de aplicação de Resultados

De acordo com as Demonstrações financeiras do ano 2007, o resultado líquido do exercício ascendeu a 1.167.291,45€ negativos, que se pode verificar tanto na Demonstração dos Resultados como no Balanço. A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Nos termos do estipulado no ponto 2.7.3. do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro, e pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 15 de Dezembro e 84-A/2004 de 5 de Abril, a Câmara Municipal propõe a seguinte aplicação de resultados:

1º O montante do Resultado Líquido do Exercício no valor negativo de 1.167.291,45€ seja transitado para a conta 59 – “Resultados Transitados”;

Penela, 11 de Abril de 2007

O Presidente da Câmara

(Paulo Jorge Simões Júlio)